



ESTRATÉGIA LOCAL DE DESENVOLVIMENTO (ELD) PARA O TERRITÓRIO RURAL DO VALE DO AVE

JULHO de 2008



Índice

1. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA DO TERRITÓRIO	3
1.1. ANÁLISE DE CONTEXTO PARA O TERRITÓRIO	3
1.2. CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS TEMÁTICAS OBJECTO DE INTERVENÇÃO.....	13
1.3. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DO TERRITÓRIO	16
2. DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO	18
3. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO	24
3.1. MATRIZ DE ENQUADRAMENTO LÓGICO DA ESTRATÉGIA LOCAL DE DESENVOLVIMENTO (ELD)	24
3.2. DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA LOCAL DE DESENVOLVIMENTO PROPOSTA	31
3.3. COERÊNCIA COM AS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS E A COMPLEMENTARIDADE COM OUTROS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA	46
3.4. ARTICULAÇÃO COM AS INTERVENÇÕES TERRITORIAIS INTEGRADAS EXISTENTES NO TERRITÓRIO	50

1. Caracterização sócio-económica do território

1.1. Análise de contexto para o território

Os residentes...

No território de intervenção, constituído por 82 freguesias e com cerca de 541 Km², residiam, em 2001, 81 078 indivíduos, ou seja cerca de 36% do total de residentes nos concelhos de Fafe, Guimarães e Vieira do Minho. Na área de intervenção residiam 71% dos residentes no concelho de Fafe, 18% dos residentes no concelho de Guimarães e 100% dos residentes no concelho de Vieira do Minho.

Atendendo às estimativas anuais da população do INE para 2006 e pressupondo a manutenção da importância relativa dos residentes nas freguesias rurais integradas face aos respectivos concelhos de 2001, estima-se que neste território residam actualmente (2006), cerca de 82 350 indivíduos.

A densidade populacional neste território tem-se mantido nas últimas duas décadas em cerca de 150 habitantes por Km², mas enquanto que em Vieira do Minho existiam, em 2001, em média 67 habitantes por km², nas freguesias de Guimarães existiam cerca de 660 e nas freguesias de Fafe 177 habitantes por Km².

Em termos da distribuição dos residentes por dimensão dos lugares, em 2001, cerca de 77% dos residentes no território de intervenção residiam em lugares de baixa dimensão, ou seja em lugares com menos de 2000 habitantes (95% em Fafe e em Vieira do Minho e 44% em Guimarães).

O comportamento demográfico de Vieira do Minho, na última década, é contrário ao das freguesias integrantes pertencentes aos concelhos de Fafe e de Guimarães pois enquanto que estas sofreram acréscimos populacionais (respectivamente, 3% e 7%), Vieira do Minho sofreu um decréscimo populacional na ordem dos 7% (menos cerca de

1 050 indivíduos). A globalidade do território contou com mais 2 021 residentes, ou seja mais 2,6%. A estimativa populacional do INE, para 2006, para estes concelhos confirma a tendência demográfica da última década, continuando Vieira do Minho a perder residentes (menos 441 indivíduos). Através da análise da taxa de atracção/repulsão de 2000 a 2005, Vieira do Minho manifestou-se repulsivo, não conseguindo fixar nem atrair residentes, apresentando um crescimento natural negativo (nascimentos inferiores ao número de óbitos).

Para o conjunto de freguesias em causa, verifica-se o fenómeno do duplo envelhecimento na última década, ou seja registou-se um decréscimo acentuado dos mais jovens (-22% dos 0 a 14 anos e -12% dos 15 aos 24 anos, ou seja menos 6 230 jovens) e um acréscimo significativos dos idosos (+ 22%, ou seja mais 1 980 idosos). O decréscimo dos mais jovens ao nível das freguesias rurais integrantes é mais vincado do que na totalidade dos concelhos (de Fafe e Guimarães) aos quais pertencem.

Assim, em termos de estrutura etária, em 2001, entre os residentes, cerca de 20% tinham menos de 15 anos e cerca de 15% tinham 65 ou mais anos. A proporção de população em idade activa aumentou de 63%, em 1991, para 67% em 2001 (64% em Vieira do Minho). A proporção de idosos face aos mais novos aumentou durante a última década na totalidade do território de intervenção (de 45 para 70 idosos por cada 100 jovens com menos de 15 anos) e em cada conjunto de freguesias dos concelhos integrantes, mas foi em Vieira do Minho que o número de idosos superou o número de jovens residentes (110, em 2001 e 128 idosos por 100 jovens, em 2006).

O índice de dependência total e dos jovens face à população em idade activa tem vindo a diminuir e o índice de dependência dos idosos aumentou muito ligeiramente.

As famílias clássicas unipessoais aumentaram ligeiramente, na última década, o que associado ao maior envelhecimento da população residente nestas áreas rurais, está certamente relacionado com a existência de idosos a viver sozinhos. Por outro lado, as famílias clássicas de maior dimensão (5 ou mais pessoas) residentes no território de intervenção decresceram, passando de 28% (1991) para 18% (2001) do total de famílias clássicas.

Em jeito de conclusão, estamos perante um território de intervenção de média dimensão (cerca de 82 mil residentes), com um nível médio de ocupação humana do

território rural razoável (cerca de 150 habitantes por Km²), predominando a concentração populacional em lugares de pequena dimensão. Considerada no seu conjunto esta área apresenta algum dinamismo populacional, associada sobretudo ao crescimento natural positivo nas freguesias de Fafe e Guimarães, embora também resultante do generalizado fenómeno de duplo envelhecimento (menos jovens e mais idosos).

A actividade económica e o emprego...

Em 2001, o território de intervenção contava com cerca de 37 480 activos (taxa de actividade de 46%), 23% dos quais jovens activos (taxa de actividade jovem de 63%). Existiam 35 476 indivíduos empregados e 2 220 desempregados, 27% dos quais jovens desempregados. A taxa de desemprego aumentou na última década de 4,7% para cerca de 6%, sendo que as taxas de desemprego feminina e jovem eram superiores e da ordem dos 7%. Atendendo à duração da situação de desemprego, a taxa de desemprego de longa duração (maior ou igual a 1 ano) era significativa e de cerca de 26%.

Em 2007, a proporção de jovens desempregados registados nos centros de emprego era de 15% em Fafe e Vieira do Minho e de 12% em Guimarães e de desempregados de longa duração era de 54% em Fafe, 59% em Guimarães e de 42% em Vieira do Minho.

Por sector de actividade económica, durante a última década, registou-se no território de intervenção um decréscimo da população empregada no sector primário. Em 2001, da população residente empregada, cerca de 5% estava empregada no sector primário, 66% no sector secundário e 29% no sector terciário. Vieira do Minho apresentava a maiores percentagens de população empregada, quer no sector primário (7,7%) quer no sector terciário (46,4%), o que se deve à maior importância dos ramos de actividade agrícola e da silvicultura e dos serviços públicos enquanto ramos empregadores neste concelho. Entre os principais ramos de actividade empregadores dos residentes no território de intervenção temos:

- a construção de edifícios (cerca de 18% da população empregada);
- a confecção de artigos e acessórios de vestuário (cerca de 16% da população empregada);

- a indústria do calçado (cerca de 7% da população empregada);
- a agricultura (4,4% da população empregada);
- a fabricação de artigos de malha (4% da população empregada), e
- o comércio a retalho (3,6% da população empregada).

Em termos dos principais ramos de actividade responsáveis pelo emprego dos residentes, em Vieira do Minho destacava-se a agricultura e a construção de edifícios, e nos conjuntos de freguesias de Fafe e de Guimarães destacava-se sobretudo a confecção de artigos e acessórios de vestuário, a indústria do calçado e a construção de edifícios.

Será ainda de evidenciar a fraca importância, enquanto empregadores, dos ramos relativos à actividade turística (alojamento, restauração, agências de viagem e turismo, etc), às actividades artísticas e de espectáculos, às actividades das bibliotecas, museus e outras actividades culturais e ainda às actividades desportivas e de lazer.

Na última década, verificou-se o abandono do emprego na agricultura e silvicultura em favor da indústria, da construção e dos serviços, sobretudo dos serviços públicos.

Em termos da população empregada por grupos de profissões, destacam-se sobretudo as profissões que exigem um baixo nível de instrução, tais como os operários, artifices e trabalhadores similares (39%), os operadores de instalações e máquinas e trabalhadores de montagem (16%), os trabalhadores não qualificados (15%), o pessoal administrativo e similares (5%) e os quadros superiores da Administração Pública, dirigentes e quadros superiores de empresas (6%).

Cerca de 80% da população empregada ou estudante tinha como local de trabalho ou estudo o próprio concelho de residência (apenas 67% em Vieira do Minho), 38% deslocava-se em automóvel ligeiro particular e 28% ia a pé para o local de trabalho ou estudo.

Num esforço actualização dos dados relativos à actividade económica e emprego, utilizando os dados dos Quadros de Pessoal do MSST (apenas contempla

estabelecimentos de empresas com pelo menos uma pessoa a descontar para a segurança social) para 2005 e por concelho, podemos concluir quanto à existência de 379 estabelecimentos de empresas em Vieira do Minho com 1 805 pessoas ao serviço, 2 058 em Fafe com 13 598 pessoas ao serviço e 6 454 na totalidade do concelho de Guimarães com 60 579 pessoas ao serviço. No que respeita a Guimarães a análise quanto aos ramos de actividade não deverá prosseguir dado o pequeno conjunto de freguesias que integram o território de intervenção e o facto destas possuírem um maior nível de ruralidade e, portanto, não terão o perfil produtivo da média concelhia. No concelho de Fafe como só não integra o território rural em causa a freguesia sede, o perfil não será significativamente afectado.

Desta forma, em Vieira do Minho dos estabelecimentos de empresas que descontaram para a SS, em 2005, cerca de 32% eram do ramo da construção, 22% do ramo do comércio, hotelaria e restauração, 17% da Administração Pública, Educação, saúde e outros, 15% da indústria transformadora e 5% da agricultura e silvicultura. Em termos de pessoas ao serviço nesses estabelecimentos, confirma-se a importância destes mesmos ramos de actividade enquanto empregadores, mas com maior relevância do emprego no comércio, hotelaria e restauração e na agricultura e silvicultura.

Em Fafe dos estabelecimentos de empresas que descontaram para a SS, em 2005, cerca de 56% eram indústrias transformadoras, 16% do ramo do comércio, hotelaria e restauração, 12% da construção e 10% da Administração Pública, Educação, saúde e outros. Em termos de pessoas ao serviço nesses estabelecimentos, confirma-se a importância destes mesmos ramos de actividade enquanto maiores empregadores, bem como ramo dos serviços às empresas (9%).

Em termos de dimensão média dos estabelecimentos, trata-se, generalizadamente e de acordo com a média nacional, de estabelecimentos de empresas de reduzida dimensão (9 ou menos trabalhadores), sendo que os de maior dimensão pertencem aos ramos da indústria transformadora e da produção e distribuição de electricidade, gás e água.

Quanto ao nível de habilitações dos trabalhadores verifica-se que cerca de 60% dos trabalhadores têm no máximo como nível de habilitação o 2º ciclo do ensino básico e apenas cerca de 20% tem o ensino obrigatório.

Em termos de aprofundamento da actividade agrícola no território de intervenção e como se viu de maior importância, económica e social, em Vieira do Minho, importa referir as principais conclusões a retirar da análise do último Recenseamento Geral Agrícola (RGA).

Deste resultou a confirmação do decréscimo generalizado da importância, económica e social, da agricultura e silvicultura, embora estas actividades ainda tenham um peso considerável na economia, em termos de emprego e de VAB.

Segundo o RGA de 1999, existiam no território de intervenção 3 941 explorações com superfície agrícola utilizada (50% em Fafe, 30% em Vieira do Minho e 20% Guimarães). A área média das explorações era de cerca de 7 hectares e a S.A.U. por exploração era de 3 hectares (valores estes ligeiramente superiores em Vieira do Minho). A mão-de-obra agrícola permanente era de 13 311 indivíduos. Cerca de 96 % da mão-de-obra agrícola permanente de Fafe era familiar e 50% feminina, sendo estas percentagens ligeiramente inferiores nos concelhos de Vieira do Minho e de Guimarães.

Cerca de 92% da S.A.U. de Vieira do Minho era explorada por conta própria, sendo este valor de 73% em Fafe e de 51% em Guimarães.

Quanto à principal origem do rendimento do agregado doméstico do produtor agrícola singular do território de intervenção, é de referir que em cerca de 52% das explorações o rendimento provinha principalmente do exterior à exploração, 45% provinha principalmente da actividade da exploração e 3,4% exclusivamente da actividade da exploração.

As explorações agrícolas do território de intervenção com actividades lucrativas não agrícolas eram 683, ou seja 17,5% do total de explorações agrícolas. Destas, 65% correspondiam a explorações agrícolas que procediam à transformação de produtos agrícolas alimentares certificados, 17% procediam à transformação de produtos agrícolas alimentares não certificados, 8% faziam artesanato e transformação de produtos agrícolas não alimentares, 5% faziam transformação de madeira, 3% alugava equipamento, 2% praticava turismo rural e outras actividades directamente relacionadas e 1% tinha como actividade outras actividades lucrativas não agrícolas.

Como produtos classificados de qualidade pelo Ministério da Agricultura, referem-se a carne barrosã (e carne de bovino cruzado de lameiros do Barroso), o cabrito, o cordeiro, o mel de Barroso e os vinhos verdes.

Em termos de aprofundamento de informação relativa à actividade económica deste espaço de intervenção, importa ainda caracterizar o sector do turismo.

Em 2001, segundo os Censos existiam neste território apenas 4 alojamentos colectivos relativos a hotéis e similares (1 em Fafe e 3 em Vieira do Minho). Esta informação é passível de actualização pelas estatísticas oficiais, mas apenas ao nível concelhio. Assim, segundo as estatísticas do turismo para 2006, existiam em Fafe 2 estabelecimentos hoteleiros (1 hotel e 1 pensão), 4 estabelecimentos em Vieira do Minho (3 pensões e 1 pousada) e 12 estabelecimento no total do concelho de Guimarães (5 hotéis, 5 pensões e 2 outros estabelecimentos hoteleiros). A capacidade de alojamento nestes estabelecimentos era de 210 camas em Fafe, 155 em Vieira do Minho e de 1 055 camas em Guimarães.

Não existiu qualquer variação dos estabelecimentos hoteleiros de 2002 para 2006 e a variação da capacidade de alojamento foi de 11 camas em Fafe, 10 em Vieira do Minho e de 191 em Guimarães.

Para além do alojamento não clássico nos parques de campismo da Serra da Cabreira, da Penha e da barragem da Queimadela, este território conta ainda com uma significativa oferta de alojamento de turismo em espaço rural (TER). Para o efeito existe, sobretudo em Vieira do Minho, várias casas e quintas de turismo rural.

A estada média no estabelecimento é inferior a 2 dias e ronda os 1,8 dias. A taxa bruta de ocupação-cama em Vieira do Minho era apenas de cerca de 25% e cerca de 96% dos hóspedes eram da UE, sendo cerca de 3% destes Espanhóis (14% em Guimarães).

O artesanato e a gastronomia local encontram-se, igualmente, entre os atractivos turísticos deste território de intervenção.

Por último, em termos de artes e ofícios tradicionais encontramos, na área de intervenção, um conjunto diversificado de actividades com características próprias e

potencialidades. O crescimento dos sectores secundário e terciário, a melhoria significativa das condições de vida e do poder de compra, o envelhecimento da população, a emigração e a baixa rentabilidade da maioria das artes tradicionais, constituem factores que contribuíram para a sua redução, mas às actividades artesanais são reconhecidas potencialidades enquanto motor de desenvolvimento local. Constituem fonte de rendimento e de emprego (importância económica e social), apresentam-se como uma mais-valia turística, servem de factor de ligação da população ao seu território e diferenciam-no, isto para além do seu valor cultural, histórico e patrimonial.

O concelho de Fafe tem uma produção artesanal muito tradicional e diversificada, mas já muito residual (24 artesãos ligados sobretudo às artes e ofícios têxteis, de cerâmica, de madeira e cortiça e de trabalho de elementos vegetais). Aqui merece destaque a cestaria entrançada de Pedraído, produção muito característica e com forte potencial em termos de formas e versatilidade.

No concelho de Guimarães, com 140 artesãos, haverá a destacar as artes e ofícios têxteis (46 artesãos), nomeadamente o bordado (recentemente alvo de um processo de certificação), as artes ligadas à construção tradicional e trabalhos em pedra (24 artesãos com o contributo da acção da escola de cantaria de S. Torcato), as artes e ofícios de trabalhar a madeira e a cortiça (27 artesãos) e a olaria de Guimarães enquanto produção emblemática (12 artesãos ligados às artes e ofícios de cerâmica).

No concelho de Vieira do Minho a tecelagem de linho assume grande e destacada importância, quer em número de artesãs e volume de produção, quer na qualidade das peças produzidas (13 dos 22 artesãos do concelho trabalham no âmbito das artes e ofícios têxteis).

A qualidade de vida: serviços à população, níveis de conhecimento, de conforto e de protecção social ...

O poder de compra per capita dos concelhos integrantes do território de intervenção é significativamente inferior à média Continental, apesar da melhoria registada de 2000 para 2004. Segundo o INE, em 2004, o poder de compra per capita do território de intervenção correspondia apenas a cerca de 63% do poder de compra per capita

Continental (61% para Fafe, 51% para Vieira do Minho e 72% para a totalidade do concelho de Guimarães).

Avaliando o índice de desenvolvimento social ditado pelo Ministério das Finanças (DPP) para 2004, os concelhos apresentam valores relativamente próximos da média do continente (base 1) embora mais baixo para Vieira do Minho (0,885).

O nível de centralidade destes concelhos, medido pelo grau em que determinado concelho exerce funções centrais, revela o concelho de Guimarães como o melhor posicionado no ranking dos 305 concelhos do continente (6ª posição), ocupando Fafe a 72ª posição e Vieira do Minho apenas a 157ª posição.

Segundo os Censos, 43% da população rural residente no território de intervenção tinha como principal meio de vida o trabalho, 33% estava a cargo da família e 19% vivia de uma pensão/reforma. E ainda, 2,4% dos residentes possuía grau de deficiência atribuído (3,3% em Vieira do Minho).

Em termos de protecção social, em 2006, existiam em Fafe 1 842 beneficiários do rendimento social de inserção (3,4% da população residente) e 520 em Vieira do Minho (3,6% dos residentes). Na sua maioria são beneficiários jovens com menos de 24 anos de idade e famílias nucleares com filhos ou famílias compostas (com vários pessoas que não revelam entre si graus de parentesco).

Quanto ao grau de instrução e conhecimento dos residentes, em 2001, 27% possuía apenas o 1º ciclo do ensino básico, 15% o 2º ciclo, apenas 2,7% possuía o nível de ensino secundário e 15% não detinha qualquer nível de ensino. Apenas 3,4% da população com 25 a 64 anos possuía o ensino secundário completo.

A taxa de pré-escolarização, em 2005/2006, não era muito elevada nestes concelhos (entre 67 e 88%), a taxa bruta de escolarização no ensino secundário rondava apenas os 72%, ou seja os que frequentavam o ensino secundário apenas representavam 72% dos indivíduos residentes com idade para frequentar este nível de ensino, e a taxa de conclusão do ensino secundário também se manifestou generalizadamente baixa (entre os 68 e os 76%).

A presença de equipamentos e de serviços de apoio à infância e aos idosos não é significativa no território já que apenas existem 0,016 creches por 100 habitantes e 0,0358 lares e centros de dia por 100 habitantes. O número de farmácias por 10 000 habitantes encontra-se ao nível da média da Nut III Ave ou relativamente próximo, o que já não acontece com o número de médicos por 1 000 habitantes que, em 2005, era apenas de 0,6 em Vieira do Minho contra a média de 1,4 na NUTS III do AVE.

Em termos de património cultural, os imóveis classificados por Km² de ST no território de intervenção representam 39% do existente no Continente. Nos concelhos integrantes existiam, em 2003, 23 bibliotecas (6 em Fafe e 2 em Vieira do Minho) existindo em cada um dos concelhos uma biblioteca municipal. Segundo dados de 2005, não existiam cinemas na área de intervenção e existia 1 galeria de arte e outros espaços em Fafe e outra em Vieira do Minho (4 na totalidade do concelho de Guimarães). Em Vieira do Minho existe um auditório municipal e um posto de turismo, que para além de dar informação turística tem uma exposição de artesanato. Em Fafe, enquanto património classificado temos a Igreja Românica de Arões e a arquitectura dos Brasileiros. Como sítios arqueológicos temos 1 em Fafe (Castro de Santo Ovídio) e outro em Guimarães (estação arqueológica da Penha). Com interesse cultural existem ainda neste território várias igrejas e capelas, casas, o cine-teatro de Fafe, gravuras, pontes, cruzeiros e pelourinhos. Existe ainda um conjunto alargado de festas e romarias (algumas de interesse turístico regional), feiras de artesanato, feiras semanais e quinzenais e festivais de música, tais como o Vieira Rock e o festival de música da Ilha do Ermal. Em Vieira do Minho existe o rallie Torrié e em Fafe o rallie Monte Longo, ambos de interesse turístico regional (campeonato).

Quanto aos recintos desportivos, em 2003, existiam na área de intervenção sobretudo instalações para pequenos e grandes jogos, salas de desporto e pavilhões. O número de piscinas (3 em Fafe, 4 em Vieira do Minho e 9 na totalidade do concelho de Guimarães) assim como os campos de ténis são em número reduzido, tratando-se de equipamentos desportivos que atraem os turistas. Em termos de infra-estruturas de lazer existem várias praias fluviais (principalmente em Fafe) e várias barragens em Vieira do Minho, a área de lazer do Rio Ave em Vieira do Minho, os parques de campismo da Serra da Cabreira, da Penha e da barragem da Queimadela e o

complexo turístico de Rilhadas de Cepães em Fafe (kartódromo, golfe, driving range, putting green, shipping gree e vários desportos aventura).

Por último e em termos do nível de conforto, justifica-se referir que apenas 0,3% dos alojamentos de 2001 eram não clássicos (barracas e outros improvisados), que cerca de 74% dos alojamentos familiares clássicos eram de residência habitual (64% em Vieira do Minho) e 18 % eram de uso sazonal ou secundário (29% em Vieira do Minho). Os valores para Vieira do Minho estão certamente relacionados com a maior atracção turística deste território. Quanto ao nível de infra estruturas básicas dos alojamentos de residência habitual do território em causa, a quase totalidade já dispunha de electricidade, 96% dispunha de água canalizada, mas apenas 34% de água canalizada ligada à rede pública e 96% dispunha de sistema de esgotos embora apenas 8% estivessem ligados à rede pública. Esta situação a confirmar-se na actualidade constitui um factor negativo não só para os utilizadores residentes como também para os turistas, bem como para a dinamização turística deste território rural.

1.2. Caracterização das áreas temáticas objecto de intervenção

Conforme é possível constatar pela análise de contexto anteriormente realizada, o território de intervenção apresenta um conjunto de potencialidades complementares, não agrícolas, resultante da disponibilidade de um conjunto de recursos a valorizar, não só materiais como também imateriais e humanos.

Apesar do fenómeno de duplo envelhecimento, o número de residentes neste território tem aumentado, existe um conjunto de empresas, sobretudo nos ramos da construção, têxtil, vestuário e calçado, agricultura, comércio, turismo e restauração, que importa dinamizar (e diversificar), no sentido de assegurar a sustentabilidade demográfica e económica deste território. Existe uma forte proximidade a uma rede de cidades de maior dimensão, demográfica e económica, e em termos físicos, o território beneficia de um património natural e edificado (rural e industrial) digno de referência. Assim, as potencialidades deste território rural derivam da existência de algum dinamismo demográfico e da disponibilidade de um património cultural e natural com elevado potencial para a animação deste território, quer em termos da promoção e garantia de acesso dos residentes a serviços básicos, quer em termos da dinamização da actividade, sobretudo turística.

Segundo o estudo “ Desenvolvimento e Ruralidade em Portugal” do GPPAA e do Observatório do QCA III, os concelhos de Fafe e de Vieira do Minho foram classificados como áreas de transição - “desafios e rural misto”, ou seja áreas que “apesar dos aspectos endógenos positivos, enfrenta desafios decorrentes da reconversão industrial mundial em curso, pois está mal posicionada em termos de competitividade e exclusão social. A importância significativa da actividade agrícola de estrutura minifundiária, apesar dos baixos rendimentos, confere-lhe um papel importante em períodos de transição e ajustamento sectorial que envolvam desemprego conjuntural”. No que respeita a Guimarães, a totalidade do concelho foi classificada como área de desenvolvimento intermédio - “desafios e dinâmica populacional”, ou seja uma área que “apesar dos aspectos endógenos positivos, enfrenta desafios decorrentes da reconversão industrial mundial em curso, pois está mal posicionada em termos de competitividade e exclusão social. Para além disso, enfrenta riscos de destruição do espaço rural e, portanto, de desordenamento do território devido ao crescimento populacional acentuado”.

Este estudo reforça as características apontadas para este território, como sejam o facto de se tratar de um espaço com recursos endógenos positivos, que está numa fase de reconversão da actividade económica, ora muito concentrada na agricultura, que não reúne factores de competitividade (como, por exemplo, especialização produtiva em sectores de elevado valor acrescentado e um bom nível de instrução dos residentes, especialmente, dos activos residentes) e que enfrenta problemas derivados do envelhecimento dos residentes e de exclusão económica (desemprego) e social. Como a actividade agrícola continua a ter relevância em termos de ramo empregador local e dado a sua baixa rentabilidade, importa diversificar as actividades económicas locais por valorização de recursos valiosos do próprio território, no sentido de desenvolver este território rural de forma mais sustentável, a nível económico, ambiental e demográfico.

Derivado do diagnóstico efectuado e das linhas de intervenção previstas, existe duas grandes áreas temáticas que definirão a estratégia de intervenção futura, como sejam a dinamização da economia local e a melhoria da qualidade de vida dos residentes.

Em termos de dinamização da economia local (contemplando as sub temáticas da diversificação da actividade das explorações agrícolas, a criação de micro empresas e o desenvolvimento da actividade turística), estamos perante um território que detém um conjunto de recursos que apoiados e animados poderão desenvolver este território rural, promovendo o rendimento/emprego e qualidade de vida a quem lá reside e prazer e diversão a quem o visita.

A área de intervenção concentra problemas característicos das zonas rurais (de montanha), como sejam o duplo envelhecimento, a dificuldade em fixar os jovens residentes, o contínuo abandono da actividade agrícola provocado sobretudo pelo êxodo rural (principalmente, dos mais jovens) e pela baixa rentabilidade desta actividade, associada sobretudo à pequena dimensão das explorações e ao terreno acidentado.

Pela variação ocorrida, de 1989 para 1999, em alguns indicadores do nível de actividade agrícola, com sejam a dimensão da exploração com SAU, a rentabilidade da actividade agrícola, a proporção de produtores com mais de 55 anos e de produtores jovens, foi possível confirmar o significativo abandono desta actividade no território em causa, principalmente, em Vieira do Minho e em Fafe. Prevendo-se que o abandono continue no futuro, com consequências graves aos níveis social, económico e ambiental, será necessário reduzir a dependência do rendimento dos residentes desta actividade, em abandono e de fraca rentabilidade, criando-se e apoiando-se investimentos locais em actividades mais rentáveis (reconversão/diversificação) e que promovam a animação turística deste território rural (actividades turísticas, comerciais, culturais e de valorização do património natural e edificado) com base nos recursos endógenos disponíveis, mas que carecem de organização, estruturação e de transformação em produtos concretos (por exemplo, produtos turísticos que atraiam turistas e visitantes).

A valia e diferenciação deste território rural, suportado na proximidade a diversos centros urbanos de média dimensão e com um nível superior e diversificado de oferta de serviços, permitindo-lhe estabelecer facilmente a relação rural-urbano, é outro dos factores potenciais do desenvolvimento local desejado, podendo ser igualmente explorado em termos turísticos.

Em termos de qualidade de vida (contemplando as sub temáticas da valorização do património rural e da promoção de serviços básicos à população), estamos perante um território onde os residentes, em média, detêm baixo poder de compra e baixo nível de qualificação e de instrução, beneficiam de apoio social, têm um nível baixo de infra estruturação básica dos alojamentos (vulnerabilidade em matéria de saneamento básico) e não beneficiam de uma oferta de serviços significativa e diversificada (de apoio à saúde, aos idosos, aos jovens, aos visitantes e turistas, etc). Por vezes, os serviços até existem, mas será necessário organizar e estruturar a oferta existente, garantindo o seu acesso por parte da população.

Assim, importará, certamente, desenvolver estes espaços rurais enquanto espaços de oportunidades nas suas vertentes económica, social, ambiental e cultural.

1.3. Caracterização física do território

Situado na NUTS III Ave, o território em estudo abrange um total de 82 freguesias pertencentes aos concelhos de Vieira do Minho (21), Fafe (35) e Norte do concelho de Guimarães (26). Abrange uma população residente de 81.078 habitantes (2001) numa superfície de 541 Km², o que corresponde a uma densidade, ainda assim elevada, de cerca de 150 hab. /Km².

Neste território apenas existe uma Intervenção Territorial Integrada (ITI Peneda-Gerês) em seis freguesias de Vieira do Minho, correspondendo apenas a cerca de 12% do território em causa.

Segundo os municípios em causa, cerca de 94% da área das freguesias rurais do concelho de Fafe, 92% da área do concelho de Vieira do Minho e 59 % da área do concelho de Guimarães correspondem a área de uso agro-florestal, o que leva a que se esteja perante uma extensa mancha verde, de grande valor paisagístico.

Em termos morfológicos este território insere-se na parte interior do grande anfiteatro do Entre Douro e Minho voltado ao mar e subindo até às serras da Penada e do Gerês. De acordo com o estudo “Contributos para a identificação e

caracterização da paisagem em Portugal, Continental”¹, este território está repartido entre a “unidade de paisagem 11” - Minho Interior e a “unidade de paisagem 10” - Serra da Cabreira e Montelongo.

No Minho Interior, com uma paisagem em que domina o verde, o arvoredo e uma gama diversificada de usos de solo. A relativa proximidade e polarização de centros urbanos de dimensão relevante (Guimarães e em menor grau Fafe), faz sentir nesta paisagem rural humanizada uma dimensão urbana importante. O relevo variado com uma sucessão de colinas, serras e vales, em que água e a frescura dos vales e coberto vegetal marcam presença, a par do predomínio da pequena exploração e propriedade agrícola, em profunda transformação, com progressiva extensificação da produção e alguns sinais de abandono/mudanças de uso agrícola/florestal, constituem a imagem deste espaço. O predomínio de um modelo de povoamento disperso e simultaneamente denso, mas com algumas aldeias e núcleos rurais significativos, pontuados com interessantes elementos e conjuntos de património construído de génese misto (erudito e popular) confere uma simbiose historicamente rica a esta paisagem humanizada.

Como elementos singulares destacam-se as albufeiras do Ermal (rio Ave) e da Caniçada (rios Caldo e Cávado), ambas em Vieira do Minho; a albufeira da Queimadela (rio Vizela, Fafe); o Monte da Penha e a Citânia de Briteiros, em Guimarães.

A unidade de paisagem Serra da Cabreira e Montelongo, situada a nascente da unidade “Minho Interior” corresponde a duas pequenas serras, abrangendo parte dos concelhos de Vieira do Minho e Fafe, e ainda parte dos concelhos das Terras de Basto e do planalto do Barroso (Montalegre e Boticas). É uma paisagem serrana de transição entre o Minho Interior e Trás-os-Montes, “caracterizada por uma sucessão de cumes arredondados com encostas relativamente suaves e mesmo algumas áreas planálticas, ou chãs”, com substrato granítico, “o que se reflecte claramente na

¹ Universidade de Évora (2004), Coordenação (Alexandre Cancela d’ Abreu, Teresa Pinto Correia e Rosário Correia), colecção Estudos 10, edição DGOTDU, vol. II

morfologia”². O coberto vegetal nas encostas é constituído sobretudo por matos e também por plantações de pinheiros e eucaliptos. Nas zonas mais planas predominam as pastagens (naturais ou cultivadas) e eventualmente algum mato rasteiro ou folha de cereal e zonas incultas ou descarnadas. Nos vales, a paisagem de uso agrícola mais intensivo e variada, aproxima-se do padrão minhoto. A vila de Vieira do Minho e a cidade de Fafe são os centros urbanos de referência para a população e actividades destas áreas rurais.

Como principais pontos e linhas panorâmicas destacam-se o Alto da Cabreira (“Talefe”), as albufeiras de Venda Nova e Salamonde, os vales de Moreira do Rei, Várzea Cova, vários miradouros e praias fluviais, Aldeia Turística de Aboim, etc.

2. Diagnóstico do território

² Cfr. Obra atrás citada, Vol II, p. 73

Objectivos estratégicos para a Diversificação da Economia e para a melhoria da Qualidade de Vida no Território (Análise Swot)

Domínios (áreas temáticas)	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS
<p align="center">POPULAÇÃO</p>	<p>* Crescimento moderado da população minimizador dos problemas de envelhecimento comparativamente a outras regiões.</p>	<ul style="list-style-type: none"> * Baixa densidade populacional; * Elevada concentração dos residentes em lugares de pequena dimensão; * Agravamento tendencial dos problemas de duplo envelhecimento (menos jovens e mais velhos); * Fracas condições para a atracção e a fixação de população residente, designadamente, de jovens visando o reforço do tecido empresarial; * Risco de desertificação por via do progressivo abandono agrícola; * Peso elevado das famílias com rendimento e salários baixos (baixo nível médio de poder de compra). 		<ul style="list-style-type: none"> * Falta de conhecimento a nível regional e nacional sobre a questão do envelhecimento, penalizando a consistência de políticas de intervenção nesta matéria; * Evolução de estruturas familiares no sentido desfavorável à internalização pelas famílias dos problemas do envelhecimento; * Inexistência de um quadro consistente de políticas públicas orientadas para os territórios de baixa densidade; * Reorganização em curso de serviços públicos penalizadora dos territórios de baixa densidade. 	

Objectivos estratégicos para a Diversificação da Economia e para a melhoria da Qualidade de Vida no Território (Análise Swot) (Cont. 1)

Domínios (áreas temáticas)	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS
ECONOMIA E EMPREGO	<ul style="list-style-type: none"> * Evolução positiva das acessibilidades rodoviárias, com redução significativa do tempo de deslocação; * Complementaridade de rendimentos devido à elevada percentagem de rendimento auferidos fora das explorações agrícolas (prática de pluriactividade da população agrícola familiar); * Existência de espécies e actividades com valor económico associados aos sistemas agro-florestais; * Oferta com qualidade diferenciada de produtos como o vinho verde; * Evolução positiva da agricultura biológica e outros modos de produção; * Forte presença de recursos turísticos a potenciar (organizar, estruturar e formar produtos); * Dotação significativa de Unidades de Turismo em Espaço Rural; * Riqueza cultural abrangendo múltiplas áreas, com boas capacidades de aproveitamento e transformação em produtos turísticos; * Afabilidade da população residente, nomeadamente para com os turistas e visitantes. 	<ul style="list-style-type: none"> * Baixo nível de empreendedorismo; * Dificuldades de autofinanciamento e acesso ao crédito; * Baixa dimensão das empresas e Tecido produtivo atomizado; * Dificuldade de captação de investimento para as zonas rurais; * Ambiente empresarial frágil, défice de gestão empresarial e de organização para o mercado; * Peso significativo das actividades de baixo valor acrescentado, com baixa produtividade de trabalho e actividade terciária fortemente ligada ao sector público e insuficientemente desenvolvido; * Extensas áreas rurais em zona desfavorecida; * Perdas das áreas agrícolas; * Pequena dimensão da propriedade e elevado número de blocos por exploração; * Envelhecimento da população agrícola; * Elevado risco de abandono agrícola com efeitos económicos, sociais e ambientais negativos; * Fraca capacidade de alojamento, nomeadamente ao nível dos empreendimentos hoteleiros; * Turismo pouco integrado, como consequência da falta de estruturação da oferta e de visões e práticas limitadas em termos de estruturação de produtos; * Fraca Integração entre Alojamento e actividades conexas na área do Lazer; * Não obstante esforços recentes, frágil estruturação dos produtos turísticos e da oferta, e fraco nível de qualificação e competência da generalidade dos profissionais; * Forma pouco racionalizada do aproveitamento dos recursos em prol do Turismo, gerando um ambiente pouco propício à atracção do investimento especializado; 	<ul style="list-style-type: none"> * Forte potencial de crescimento do Aeroporto Francisco Sá Carneiro, em parte associada à actividade das companhias "low cost" com diversificação de rotas e envolvendo segmentos de população sensíveis à usufruição de actividades de turismo rural, natureza e outras afins; * Maior celeridade no processo de constituição de empresas; * Crescente procura de produtos associados a métodos de produção ecológica, com potencial de exploração neste território; * A valorização crescente (no plano nacional e internacional) da importância do turismo de natureza e de outros segmentos de turismo onde o território de intervenção possui importantes recursos (cultural/patrimonial, ambiente, rural e aventura); * Crescente desenvolvimento do Turismo, principalmente nas áreas em que o território de intervenção é rico em recursos (naturais e culturais) ou tem grandes potencialidades em produtos (Touring, por exemplo); * Condições favoráveis à estruturação de produtos de turismo de lazer ou touring, turismo cultural, turismo de natureza, turismo rural, turismo activo e desportivo; * Imagem turística globalmente positiva; 	<ul style="list-style-type: none"> * Recursos geoestratégicos mal percebidos pela dinâmica interna e externa de investimento do sector privado, a qual não tem utilizado a potencialidade do turismo para o desenvolvimento; * Relação custo-benefício do produto turístico pouco atractiva, se atendermos a outros espaços geográficos e fileiras de produto concorrentes; * Emergência de uma estratégia de promoção turística na Galiza dotada de uma marca com relevo no turismo religioso e cultural, com recursos autónomos e poder de comando e potencial de disputa de parte dos recursos geoestratégicos da Região do Norte; * Carência de meios (especialmente de recursos humanos com formação adequada), a nível institucional e operacional, para controlar a situação global do Turismo da Região; * Inexistência de meios de alojamento de qualidade elevada e vocacionadas para segmentos turísticos importantes; * Imagem turística da oferta de produtos regionais praticamente não decorrente de divulgação orientada para o efeito; * Emergência de forte profissionalização na componente de animação turística; * Falta de estruturação e de sistematização de acções de promoção empreendidas; 	<ul style="list-style-type: none"> * Dinamizar e diversificar a base económica local, optimizando a capacidade endógena de geração de rendimento; * Preservar e valorizar os recursos locais; * Promover e garantir níveis superiores de qualidade de vida à população local;

Objectivos estratégicos para a Diversificação da Economia e para a melhoria da Qualidade de Vida no Território (Análise Swot) (Cont. 2)

Domínios (áreas temáticas)	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS
<p align="center">ECONOMIA E EMPREGO</p>		<ul style="list-style-type: none"> * Carências de ligação do Comércio ao Turismo, sobretudo em termos de estratégias de atendimento e de adaptação a correntes de procura induzidas por tipos de turistas; * Dificuldades em matéria de transportes (públicos e privados), dificultando a deslocação de turistas na região em modalidades alternativas ao transporte em viatura própria ou alugada; * Animação turística desprovida de uma relação de globalidade organizada em função de eventos e manifestações isolados; * Excesso de visitantes comparativamente com o fluxo de turistas, associada à dificuldade de diferenciação de estratégias neste domínio; * Excesso de visitantes comparativamente com o fluxo de turistas, associada à dificuldade de diferenciação de estratégias neste domínio; * Taxas de ocupação baixas; * Ausência de prática sistemática de registo de visitantes; * Peso significativo do emprego na agricultura; * Fragilidades significativas em termos de dotação de recursos humanos qualificados; * Peso significativo em actividades que exigem recursos humanos com baixo nível de habilitações (ex. construção, comércio e indústria têxtil e do vestuário); * Dificuldade de criação de emprego qualificado e falta de formação intermédia qualificada (nível de instrução e formação profissional insuficientes); * Envelhecimento e fraca qualificação da população activa; * Peso elevado dos trabalhadores agrícolas com 55 e mais anos (envelhecimento da população agrícola); * Desemprego dos jovens elevado; * Desemprego de longa duração elevado; Desemprego de baixo nível de instrução; 	<ul style="list-style-type: none"> * Presença recente de grupos empresariais da região na actividade agrícola, passível de trazer a esta actividade níveis mais elevados de capacidade empresarial e de investimento; 	<ul style="list-style-type: none"> * Imagem para o mercado desgarrada de uma imagem turística consolidada, com inexistência de formas objectivas que prendam o visitante; * Prolongamento no tempo do declínio da dimensão produtiva do sector têxtil e vestuário, com tendências para a continuidade de libertação de efectivos, revelando fortes necessidades de formação profissional; 	

Objectivos estratégicos para a Diversificação da Economia e para a melhoria da Qualidade de Vida no Território (Análise Swot) (Cont. 3)

Domínios (áreas temáticas)	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS
<p>PATRIMÓNIO RURAL</p>	<ul style="list-style-type: none"> * Peso significativo de áreas florestais; * Tendência acentuada para a utilização de boas práticas produtivas de menor impacto ambiental; * Sistemas agrícolas e florestais de alto valor natural em vastas áreas; * Património natural, com significativo índice de biodiversidade; * Importante valor paisagístico das culturas, como a vinha ou de espécies florestais; * Potencial dos mercados naturais e valor dos ecossistemas, bem como dos seus recursos endógenos, como por exemplo as áreas de montanhas ou os rios; * Assinalável potencial patrimonial, a que se juntam o potencial da arqueologia industrial, tradição cultural, etnográfica, gastronomia, artesanato, festas e romarias; * Riqueza gastronómica; 	<ul style="list-style-type: none"> * Elevada área ardida anualmente; * Perda de áreas agrícolas; * Fraca divulgação do património numa perspectiva de visibilidade integrada de recursos e ausência de integração com outros serviços do meio rural; * Baixo aproveitamento da actividade artesanal; * Envelhecimento dos artesãos e dificuldades de transmissão do conhecimento; * Fraca capacidade de valorização e aproveitamento turístico de espaços naturais existentes, bem como de dinamização de recursos em produtos (nomeadamente turísticos); * Fraco contributo das dinâmicas de animação cultural; * Insuficiente inventariação do património; * Baixa intensidade de políticas de ordenamento do território municipal pautadas pela qualificação dos espaços. 	<ul style="list-style-type: none"> * Apoio nacional ao desenvolvimento rural, expresso em documentos e programas nacionais, regionais e sectoriais; * Orientação da Estratégia para a valorização dos recursos locais; * Existência de legislação para reconhecimento do estatuto de artesão. 	<ul style="list-style-type: none"> * Reconhecimento insuficiente por parte das políticas públicas do papel do associativismo florestal na preservação e valorização florestal; * Níveis insuficientes de integração das políticas de desenvolvimento rural com as políticas de desenvolvimento regional, designadamente as orientadas para os territórios de baixa densidade. 	<ul style="list-style-type: none"> * Preservar e valorizar os recursos locais; * Promover e garantir níveis superiores de qualidade de vida à população local.

Objectivos estratégicos para a Diversificação da Economia e para a melhoria da Qualidade de Vida no Território (Análise Swot) (Cont. 4)

Domínios (áreas temáticas)	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS
SERVIÇOS DE PROXIMIDADE	<p>* Evolução positiva das acessibilidades rodoviárias, com redução significativa do tempo de deslocação;</p> <p>* Existência de uma malha viária potenciadora de deslocações de proximidade usando diferentes meios de transporte.</p>	<p>* Baixo nível de adesão às TIC nas zonas rurais;</p> <p>* Serviços não inteiramente adequados às necessidades do meio rural;</p> <p>* Elevados níveis de abandono escolar, de saída precoce e antecipada do sistema de ensino, associados a fortes índices de insucesso escolar;</p> <p>* Vulnerabilidade em matéria de saneamento básico;</p> <p>* Baixo nível de cumprimento de funções centrais.</p>	<p>* Carteira de projectos existente na Região envolvendo a dinamização de serviços utilizadores de tecnologias de informação e comunicação orientados para territórios de baixa densidade;</p> <p>* Potencial de utilização de redes de banda larga detidas por algumas empresas públicas implantadas na região para disseminação de serviços pelo meio rural.</p>	<p>* Inexistência de um quadro consistente de políticas públicas orientadas para os territórios de baixa densidade.</p>	<p>* Promover e garantir níveis superiores de qualidade de vida à população local.</p>

3. Estratégia de desenvolvimento

3.1. Matriz de enquadramento lógico da Estratégia Local de Desenvolvimento (ELD)

Hierarquia de Objectivos	Indicadores (1)						Medida / Acção do PRODER
	Realização	Meta 2013	Resultado	Meta 2013	Impacto	Meta 2013	
OBJECTIVO ESTRATÉGICO I. Promover e garantir níveis superiores de qualidade de vida à população local; II. Dinamizar e diversificar a base económica local, optimizando a capacidade endógena de geração de rendimento; III. Preservar e valorizar os recursos locais					I.1. Elevar o poder de compra per capita concelhio;	I.1. - >=72% (base 100= valor médio do continente);	Sub-Programa 3, Medidas 3.1, 3.2 e 3.5
					I.2. Elevar os índices de desenvolvimento social	I.2. - >= 0,918 (base 1= valor médio nacional);	
					II.1. Aumento das empresas locais em actividade;	II.1. - 40 novas empresas locais;	
					II.2. Aumento do emprego nas empresas locais em actividade;	II.2. - 195 a 350 novos empregos nas empresas locais (total);	
					II.3. Aumento da produção e do volume de negócios das empresas apoiadas;	II.3. - 2,5 a 5% aumento da produção e do volume de negócios das empresas apoiadas;	
					II.4. Aumento das dormidas nas unidades de alojamento;	II.4. - 10 a 15% aumento das dormidas nas unidades de alojamento;	
					II.5. Aumento do emprego na actividade turística;	II.5. - 125 a 250 novos empregos na actividade turística;	
				II.6. Acréscimo de explorações agrícolas com actividades turísticas complementares;	II.6. - 5 explorações agrícolas com actividades turísticas complementares;		
				III.1. Acréscimo de visitantes a mostras ou em outros eventos de divulgação de produtos endógenos, às lojas de artesanato em rede, aos equipamentos culturais e às infraestruturas de valorização e divulgação de recursos.	III.1. - 10 a 20% Acréscimo de visitantes;		

Hierarquia de Objectivos	Indicadores (1)						Medida / Acção do PRODER
	Realização	Meta 2013	Resultado	Meta 2013	Impacto	Meta 2013	
<p>I.1. Dotar e qualificar a rede de equipamentos de apoio social;</p> <p>I.2. Melhorar os níveis de acesso efectivo da população a serviços de proximidade;</p> <p>II.1. Promover transversalmente o empreendedorismo, sobretudo dos jovens, e requalificar o tecido empresarial local;</p> <p>II.2. Desenvolver a actividade turística e de lazer como meio de criação de riqueza e emprego;</p> <p>II.3. Promover o desenvolvimento de actividades lucrativas complementares, não agrícolas, nas explorações ou com elas articuladas;</p> <p>III.1. Promover o reconhecimento das mais-valias dos recursos do meio rural como oportunidades económicas viáveis;</p> <p>III.2. Contribuir para a sustentabilidade dos recursos, através do desenvolvimento de processos inovadores de comercialização e distribuição;</p> <p>III.3. Desenvolver a actividade turística e de lazer como factor de preservação e valorização dos recursos endógenos;</p> <p>III.4. Reforçar as políticas e práticas culturais no território de forma a produzir efeitos e melhorias na qualidade de vida da população, na estrutura do emprego local e na qualidade de vivência de turistas;</p>			<p>I.1.1. Nº de crianças, idosos e de deficientes beneficiados com os serviços melhorados e/ou criados;</p> <p>I.1.2. Acréscimo de serviços prestados à população pelos equipamentos apoiados;</p> <p>I.1.3. Acréscimo de emprego por via da melhoria e criação de equipamentos e serviços de apoio social;</p> <p>I.2.1. Acréscimo de praticantes de práticas culturais e criativas;</p> <p>I.2.2. Nº de indivíduos socialmente vulneráveis envolvidos pelos projectos com vista a fomentar a utilização da arte e da cultura como instrumento de inclusão social;</p> <p>II.1.1. Aumento das empresas locais em actividade;</p> <p>II.1.2. Aumento do nº de empregados nas empresas locais;</p> <p>II.1.3. Aumento da produção das empresas apoiadas com actividades ligadas à agricultura e silvicultura fora das explorações agrícolas;</p> <p>II.1.4. Nº de artesãos beneficiados pela transformação das oficinas em Unidades Produtivas Artesanais;</p> <p>II.2.1. Aumento das dormidas nas unidades de alojamento;</p> <p>II.2.2. Acréscimo da oferta de unidades de alojamento de turismo natureza e turismo em espaço rural;</p> <p>II.2.3. Acréscimo do emprego na actividade turística;</p> <p>II.2.4. Acréscimo de produtos turísticos pela valorização dos recursos turísticos;</p> <p>II.2.5. Nº de produtos locais internacionalizados por via da promoção em rede;</p> <p>II.3.1. Acréscimo de explorações agrícolas com actividades turísticas complementares;</p> <p>II.3.2. Aumento do volume de negócios das actividades não agrícolas apoiadas;</p>	<p>I.1.1. - 100 a 150 indivíduos socialmente vulneráveis;</p> <p>I.1.2. - 15 a 20 novos serviços prestados à população;</p> <p>I.1.3. - 25 a 50 novos empregos;</p> <p>I.2.1. - 400 a 600 novos praticantes de práticas culturais e criativas;</p> <p>I.2.2. - 100 a 150 indivíduos socialmente vulneráveis;</p> <p>II.1.1. - 25 novas empresas locais em actividade;</p> <p>II.1.2. - 70 a 100 novos empregados nas empresas locais;</p> <p>II.1.3. - 2,5% e 5% de aumento da produção das empresas apoiadas;</p> <p>II.1.4. - 10 a 15 artesãos;</p> <p>II.2.1. - 10 a 15% de aumento das dormidas nas unidades de alojamento;</p> <p>II.2.2. - 15 novas unidades de alojamento de turismo natureza e turismo em espaço rural;</p> <p>II.2.3. - 125 a 250 novos empregados na actividade turística;</p> <p>II.2.4. - 3 a 6 produtos turísticos;</p> <p>II.2.5. - 2 a 4 produtos locais internacionalizados;</p> <p>II.3.1. - 5 explorações agrícolas com actividades turísticas complementares;</p> <p>II.3.2. - 2,5 a 5% Aumento do volume de negócios das actividades não agrícolas apoiadas;</p> <p>II.3.3. - 700 a 800 utilizadores/visitantes de quintas pedagógicas ou de espaços de aprendizagem das artes e ofícios tradicionais;</p> <p>II.3.4. - 75 a 100 utilizadores das actividades de recreação e lazer;</p> <p>III.1.1. - 10 a 15 novos expositores;</p> <p>III.1.2. - 1000 a 1500 visitantes aos novos expositores;</p> <p>III.2.1. - 10 a 20% aumento de visitantes nas lojas de artesanato em rede;</p> <p>III.2.2. - 2,5 a 5% aumento do volume de negócios das lojas de artesanato em rede;</p>			

Hierarquia de Objectivos	Indicadores (1)						Medida / Acção do PRODER
	Realização	Meta 2013	Resultado	Meta 2013	Impacto	Meta 2013	
OBJECTIVO ESPECÍFICO (Continuação)			<p>II.3.3. Acréscimo de utilizadores/visitantes de quintas pedagógicas ou de espaços de aprendizagem das artes e ofícios tradicionais;</p> <p>II.3.4. Acréscimo de utilizadores das actividades de recreação e lazer;</p> <p>III.1.1. Acréscimo de expositores nas mostras ou em outros eventos de divulgação de produtos endógenos;</p> <p>III.1.2. Acréscimo de visitantes nas mostras ou em outros eventos de divulgação de produtos endógenos;</p> <p>III.2.1. Acréscimo de visitantes nas lojas de artesanato em rede;</p> <p>III.2.2. Aumento do volume de negócios das lojas de artesanato em rede;</p> <p>III.3.1. Acréscimo de visitantes a infraestruturas de valorização e divulgação de recursos;</p> <p>III.4.1. Acréscimo de visitantes aos equipamentos culturais;</p> <p>III.4.2. Nº de participantes nas acções de sensibilização;</p> <p>III.4.3. Recursos locais inventariados e avaliados;</p>	<p>III.3.1. - 10 a 20% acréscimo de visitantes às infraestruturas de valorização e divulgação de recursos;</p> <p>III.4.1. - 10 a 20% de acréscimo de visitantes aos equipamentos culturais;</p> <p>III.4.2. - 250 a 500 participantes nas acções de sensibilização;</p> <p>III.4.3. - 100 a 500 Recursos locais inventariados e avaliados;</p>			

	Hierarquia de Objectivos	Indicadores (1)					Medida / Acção do PRODER
		Realização	Meta 2013	Resultado	Meta 2013	Impacto	
OBJECTIVOS OPERACIONAIS (Actividades)	I.1.1 Promover a melhoria e a criação de equipamentos e serviços de apoio social, domiciliários e itinerantes, vocacionados para os segmentos populacionais mais vulneráveis (crianças, idosos e deficientes);	I.1.1.1. Nº de equipamentos e serviços de apoio social apoiados;	I.1.1.1. - 10 equipamentos apoiados;				
		I.1.1.2. Volume de investimento no apoio a equipamentos e serviços de apoio social;	I.1.1.2. - 850.000€ de volume de investimento;				
	I.2.1. Fomentar consumos e práticas culturais e criativas sustentadas sobretudo na identidade e história do meio rural;	I.2.1.1. Nº de equipamentos e serviços apoiados com vista a fomentar as práticas culturais e recreativas;	I.2.1.1. - 5 equipamentos apoiados;				
		I.2.1.2. Volume de investimento no apoio a equipamentos e serviços apoiados com vista a fomentar as práticas culturais e recreativas;	I.2.1.2. - 200.000€ de volume de investimento;				
	I.2.2. Reforçar a articulação entre as instituições culturais e artísticas com as áreas de acção social no desenvolvimento de projectos de animação fomentando a utilização da arte e da cultura como instrumento de inclusão social;	I.2.2.1. Nº de projectos de animação, com vista a fomentar a utilização da arte e da cultura como instrumento de inclusão social, apoiados;	I.2.2.1. - 6 projectos de animação apoiados;				
		I.2.2.2. Volume de investimento em projectos de animação com vista a fomentar a utilização da arte e da cultura como instrumento de inclusão social;	I.2.2.2. - 150.000€ de volume de investimento;				
	II.1.1. Aumentar o número de novos empresários locais;	II.1.1.1. Nº de micro-empresas criadas (novas);	II.1.1.1. - 15 microempresas criadas;				
		II.1.1.2. Volume de investimento na criação de micro-empresas;	II.1.1.2. - 1.500.000€ de volume de investimento;				
	II.1.2. Requalificar o tecido empresarial local, nomeadamente através de apoio a actividades ligadas à agricultura e silvicultura fora das explorações agrícolas;	II.1.2.1. Nº de empresas, com actividades ligadas à agricultura e silvicultura fora das explorações agrícolas, apoiadas;	II.1.2.1. - 10 empresas;				
		II.1.2.2. Volume de investimento em projectos de animação com vista a fomentar a utilização da arte e da cultura como instrumento de inclusão social;	II.1.2.2. - 10 UPA criadas;				
	II.1.3. Certificar unidades produtivas artesanais, apoiando o processo de transformação das oficinas em micro empresas ligadas às artes e ofícios tradicionais;	II.1.3.1. Nº de Unidades Produtivas Artesanais criadas;	II.1.3.1. - 10 intervenções de qualificação;				
		II.1.3.2. Volume de investimento em unidades de alojamento e restauração;	II.1.3.2. - 500.000€ de volume de investimento;				
	II.2.1. Organizar e qualificar a oferta turística existente, nomeadamente através da intervenção na certificação de unidades de alojamento e restauração;	II.2.1.1. Nº de intervenções de qualificação de unidades de alojamento e restauração;	II.2.1.1. - 3 acções de cooperação;				
		II.2.1.2. Volume de investimento em intervenções de qualificação de unidades de alojamento e restauração;	II.2.1.2. - 8 acções de promoção;				
	II.2.2. Promover a criação de parcerias publico-privadas orientadas para a valorização dos recursos turísticos visando a integração competitiva do território na Região do Norte;	II.2.2.1. Nº de parcerias público-privadas orientadas para a valorização dos recursos turísticos apoiadas;	II.2.2.1. - 5 acções apoiadas;				
		II.2.2.2. Volume de investimento em parcerias público-privadas orientadas para a valorização dos recursos turísticos apoiadas;	II.2.2.2. - 250.000€ de volume de investimento;				
	II.2.3. Reforçar a rede de cooperação existente com outros GAL envolvendo novos parceiros e territórios com objectivo de trocar experiências e boas práticas que permitam potenciar a actividade turística;	II.2.3.1. Nº de acções de cooperação no âmbito da potenciação da actividade turística;	II.2.3.1. - 15 novos alojamentos apoiados;				
	II.2.3.2. Volume de investimento em acções de cooperação no âmbito da potenciação da actividade turística;	II.2.3.2. - 10 alojamentos já existentes apoiados;					
II.2.4. Promover a internacionalização em rede dos produtos locais;	II.2.4.1. Nº de acções de promoção da internacionalização em rede de produtos locais;	II.2.3.3. - 2.000.000€ de volume de investimento;					
		II.2.4.1. - 10 acções de animação turística;					
		II.2.4.2. - 1.750.000 € de volume de investimento;					
		II.2.4.3. - 25 empregos criados;					
		II.2.4.4. - 30 trabalhadores qualificados;					
		II.2.4.5. - 5 explorações agrícolas apoiadas;					
		II.2.4.6. - 350.000,00 € de volume de investimento;					
		II.2.4.7. - 4 quintas pedagógicas ou de espaços de aprendizagem apoiadas;					
		II.2.4.8. - 150.000€ de volume de investimento;					

	Hierarquia de Objectivos	Indicadores (1)					Medida / Acção do PRODER
		Realização	Meta 2013	Resultado	Meta 2013	Impacto	
OBJECTIVOS OPERACIONAIS (Actividades) (Continuação)	II.2.5. Incrementar e diversificar a oferta turística através da transformação de recursos em produtos turísticos, sobretudo do turismo natureza e do enoturismo, mas também do turismo associado à caça e pesca, do turismo equestre, do turismo religioso, do turismo de saúde e do turismo cultural;	II.2.5.1. Nº de acções apoiadas de incremento e diversificação a oferta turística por via da transformação de recursos em produtos turísticos;	II.3.3.1 - 5 acções de recreação e lazer apoiadas;				
		II.2.5.2. Volume de investimento na incremento e diversificação da oferta turística por via da transformação de recursos em produtos turísticos;	III.1.1.1. - 5 amostras apoiadas;				
		II.2.6.1. Nº de novos alojamentos de turismo natureza e turismo em espaço rural apoiados;	III.2.1.1. - 15 GAL envolvidos;				
		II.2.6.2. Nº de alojamentos de turismo natureza e turismo em espaço rural já existentes apoiados;	III.3.1.1. - 10 acções apoiadas;				
		II.2.6.3. Volume de investimento nos alojamentos de turismo natureza e turismo em espaço rural apoiados (novos e existentes);	III.3.1.2. - 300.000€ de volume de investimento;				
		II.2.7.1. Nº de acções de animação turística apoiadas;	III.3.2.1. - 10 acções de criação de infra-estruturas;				
		II.2.7.2. Volume de investimento na animação turística;	III.4.1.1. - 10 equipamentos apoiados;				
		II.2.8.1. Nº de empregos na actividade turística criados;	III.4.1.2. - 1.000.000€ de volume de investimento;				
		II.2.8.2. Nº de trabalhadores da actividade turística local qualificados;	III.4.2.1. - 15 acções apoiadas;				
		II.3.1.1. Nº de explorações agrícolas apoiadas para o desenvolvimento de actividades turísticas complementares (Act. Lucrativas não agrícolas);	III.4.3.1. - 10 acções apoiadas;				
		II.3.1.2. Volume de investimento em actividades turísticas complementares das explorações agrícolas;	III.4.4.1. - 5 acções em rede apoiadas;				
		II.3.2.1. Nº de quintas pedagógicas ou de espaços de aprendizagem das artes e ofícios tradicionais apoiadas;	III.4.4.2. - 15 GAL envolvidos;				
		II.3.2.2. Volume de investimento nas quintas pedagógicas ou de espaços de aprendizagem das artes e ofícios tradicionais apoiadas;	III.4.5.1- 1 sistema de inventariação;				
		II.3.3.1. Nº de acções de recreação e lazer apoiadas;					
		III.1.1.1. Nº de mostras ou de outros eventos de divulgação de produtos endógenos;					

	Hierarquia de Objectivos	Indicadores (1)					Medida / Acção do PRODER
		Realização	Meta 2013	Resultado	Meta 2013	Impacto	
OBJECTIVOS OPERACIONAIS (Actividades) (Continuação)	<p>III.3.2. Promover a criação de infraestruturas de suporte que simultaneamente contribuam para a valorização e divulgação dos recursos e para o seu aproveitamento turístico (centros de interpretação e observação, pequenos núcleos museológicos);</p> <p>III.4.1. Reforçar as redes de equipamentos culturais de apoio à actividade turística, nomeadamente os relativos à refuncionalização de edifícios de traça tradicional para actividades associadas à preservação e valorização da cultura local;</p> <p>III.4.2. Recuperar e valorizar as práticas e tradições locais;</p> <p>III.4.3. Reforçar as condições de interpretação e conservação do património rural (TICs, sinalética e outros dispositivos de informação);</p> <p>III.4.4. Criação de redes de cooperação com outros GAL com vista à troca de experiência e boas práticas no âmbito do património, nomeadamente para a realização de acções de sensibilização junto dos actores locais quanto à necessidade da recuperação e preservação do património;</p> <p>III.4.5. Desenvolver um sistema de avaliação e inventariação dos recursos locais que permita monitorizar e resolver as debilidades do acolhimento.</p>	<p>III.2.1.1. Nº de GAL envolvidos pela acção de cooperação no âmbito da promoção de uma rede de lojas de artesanato;</p> <p>III.3.1.1. Nº de acções de promoção dos recursos endógenos apoiadas;</p> <p>III.3.1.2. Volume de investimento na promoção dos recursos endógenos;</p> <p>III.3.2.1. Nº de acções de criação de infraestruturas de suporte à valorização e divulgação dos recursos que possam ser objecto de aproveitamento turístico (centros de interpretação e observação, pequenos núcleos museológicos);</p> <p>III.4.1.1. Nº de equipamentos culturais apoiados;</p> <p>III.4.1.2. Volume de investimento no apoio a equipamentos culturais;</p> <p>III.4.2.1. Nº de acções apoiadas com vista a recuperar e valorizar práticas e tradições locais;</p> <p>III.4.4.1. Nº de acções apoiadas com vista ao reforço das condições de interpretação e conservação do património rural (TICs, sinalética e outros dispositivos de informação);</p> <p>III.4.4.1. Nº de acções em rede para a sensibilização dos actores locais para a necessidade da recuperação e preservação do património;</p> <p>III.4.4.2. Nº de GAL envolvidos nas acções de sensibilização para a necessidade da recuperação e preservação do património;</p> <p>III.4.5.1. Sistema de inventariação e avaliação dos recursos locais.</p>					

3.2. Descrição da Estratégia Local de Desenvolvimento proposta

O território em análise assume, de acordo com o diagnóstico elaborado, um conjunto de características específicas de territórios de baixa densidade, directamente relacionadas com as questões do desenvolvimento económico-social: uma população marcada pelos efeitos do duplo envelhecimento e pela exclusão económica e social, uma malha empresarial de pequena dimensão, pouco dinâmica e claramente atomizada, e uma base económica pouco diversificada, concentrada em ramos de baixo valor acrescentado e em recursos humanos pouco qualificados e em fase de reconversão, fruto do progressivo abandono agrícola. Acresce a este conjunto de características, algumas das quais interdependentes, a escassez do recurso “empreendimento” ou “iniciativa” que é necessário ultrapassar.

Paralelamente, é possível identificar um conjunto relevante de recursos locais, que representa um importante potencial para a exploração da actividade turística (entre outras actividades susceptíveis de gerar rendimento local), mas que não tem, no entanto, a visibilidade e a dinâmica adequadas, nomeadamente em termos de captação de investimento privado, interno e externo.

No conjunto, o território não manifesta capacidade de transformação efectiva dos seus recursos em factores de competitividade, e sobretudo, em factores de coesão social e económica que permitam fazer face às debilidades existentes ao nível da população e da economia, caminhando assim para a indiferenciação e progressiva perda de atractividade. Temos, assim, um território que necessita de alargar a sua base de competitividade.

Face a este contexto de referência, as actuações enquadradas pela presente candidatura devem integrar uma panóplia mais diversificada de intervenções que visem essencialmente modificar as actualmente débeis capacidades de geração de rendimento e de aglomeração de actividades económicas susceptíveis de fixar emprego local, sobretudo de população jovem. Esta panóplia de intervenções integradas pode ser designada de construção de um novo paradigma para a competitividade em territórios de baixa densidade e atingidos pela crise estrutural

do sector agro-florestal e é estritamente necessária para potenciar condições de sustentabilidade à intervenção autárquica. Este é, aliás, o sentido último de outros exercícios de planeamento estratégico em curso em territórios mais vastos do que o objecto da presente candidatura.

Do ponto de vista sectorial agro-florestal, essa estratégia terá de ser apoiada em dois vectores complementares:

- Maximizar manifestações pontuais de agricultura competitiva ainda existentes no território, com grande relevo para a economia do vinho verde;
- Explorar todas as virtualidades de produtos que podem ser encarados como marcas - território potenciais.

Esta estratégia global de relançamento da competitividade, alargando a sua base territorial a territórios que definham estruturalmente nesse domínio, não pode deixar de ser acompanhada por uma vigorosa intervenção social, que não pode ser entendida como caminho irreversível para a subsídio-dependência dos territórios e das suas gentes.

Há que potenciar neste domínio a expressão que as entidades da economia social apresentam nestes territórios, o seu apetrechamento técnico e humano recente e as condições para gerar intervenções supra-locais, transformando essas entidades em agentes da própria transformação, criando também a partir da economia social condições para a diversificação e fixação de emprego.

Na mesma estratégia global, destaca-se ainda o papel que os recursos patrimoniais e culturais em geral devem assumir neste tipo de territórios. As práticas culturais que podem ser valorizadas em torno deste tipo de recursos devem ser colocadas não apenas ao serviço do que poderíamos chamar qualidade de vida das populações, mas também e decisivamente como instrumentos da própria intervenção social e da melhoria das qualificações dos indivíduos e das organizações. Trata-se também aqui de gerar um novo paradigma de políticas culturais locais, cuja abordagem transcende significativamente o âmbito desta candidatura, projectando-se noutros campos de políticas públicas e, seguramente, num outro olhar das autarquias sobre as políticas culturais.

Finalmente, a estratégia global não pode deixar de prosseguir o processo em curso de robustecimento organizativo, técnico e humano de instituições locais identificadas com a problemática do desenvolvimento, de cujo naipe a Sol do Ave faz parte expressiva. Estamos perante necessidades fortes de capacitação organizativa e institucional, atendendo à magnitude, sofisticação e diversidade dos desafios. A promoção das acções inerentes a esta candidatura constituirá uma oportunidade para atacar esses problemas, mas essa capacitação tem de envolver uma lógica de rede e de aproveitamento pleno de todo o potencial de iniciativa, envolvendo a Sol do Ave e outros parceiros locais com intervenção específica nas diversas temáticas identificadas como carenciadas.

Poderemos designar esse movimento como um processo amplo de disseminação de recursos e de capacidades de empreendedorismo social, ele próprio complementar de todos os esforços a desenvolver em matéria de empreendedorismo microeconómico.

Paralelamente, é necessário dotar estas instituições de meios financeiros capazes de levar a cabo a execução das intervenções pertinentes.

A diversidade das intervenções a promover por diferentes actores locais e que se espraiam, sobretudo nos domínios da acção social, formação, cultura, turismo, valorização dos recursos naturais e agricultura e silvicultura, são passíveis de co-financiamento, não só no Eixo 3 do PRODER e restantes eixos prioritários do PRODER, mas também no Programa Operacional do Potencial Humano (POPH), no Eixo Prioritário 3 do Programa Operacional do Norte (ON2, serviços de proximidade) e ainda no Programa de Intervenção no Turismo (PIT). Alguns desses domínios serão objecto do processo de contratualização que os municípios do Ave irão negociar, separadamente no âmbito do PO Regional do Norte.

A partir deste enquadramento geral que constitui um importante vector de integração da estratégia, importa focalizar a estratégia nas dimensões abrangidas pelo terceiro Eixo Prioritário do PRODER.

É necessária uma intervenção estratégica que privilegie um conjunto de acções interligadas que contribuam para o seu desenvolvimento integrado, valorizando os recursos diferenciadores do meio rural, e que simultaneamente permitam assegurar

princípios globais de coesão e sustentabilidade, coerentes com os referenciais estratégicos mais pertinentes.

Assim, a visão estratégica para este território deverá **configurar um processo de desenvolvimento rural sustentável como instrumento privilegiado de coesão económica e social.**

Para prosseguir a visão proposta será necessário desenvolver uma estratégia que seja simultaneamente aglutinadora e inovadora (promovendo a realização de acções transversais numa óptica de complementaridade e sinergia), que responda de forma efectiva às grandes debilidades do território, e que seja passível de integração ao nível das linhas de actuação previstas para o GAL Sol do Ave, entidade responsável pela sua implementação.

Ou seja, a estratégia a desenvolver deverá ter como focos de actuação as temáticas da população, da economia e do emprego e o património rural, constituindo **objectivos estratégicos de actuação:**

- **Promover e garantir níveis superiores de qualidade de vida à população local;**
- **Dinamizar e diversificar a base económica local, optimizando a capacidade endógena de geração de rendimento;**
- **Preservar e valorizar os recursos locais.**

Os três objectivos estratégicos enunciados encontram-se claramente interligados, não sendo possível, à luz de conceitos de coesão e sustentabilidade, dissociar a melhoria da qualidade de vida da dinamização da actividade económica e do emprego, sendo estes, por sua vez, claramente dependentes da preservação e valorização dos recursos locais. Ou seja, estamos em presença de uma cadeia de actuações com efeitos e repercussões a jusante e a montante. É nesta combinação e complementaridade de acções que reside o potencial sucesso da estratégia proposta.

Convém igualmente salientar que os resultados a observar estão ainda dependentes:

- Da integração de políticas públicas neste território, sem a qual não é possível desenvolver uma intervenção concertada com as estratégias regionais e nacionais em vigor;

- Do nível de sinergias que seja possível dinamizar, entre as acções propostas, os agentes envolvidos e os próprios resultados esperados;
- Da forte articulação com outras iniciativas, em curso e previstas como necessárias para ultrapassar debilidades deste território, ao nível da acção social e da formação da população em geral e dos activos, e ainda,
- Da capacidade acrescida para a mobilização dos actores locais, sem a qual não será possível atingir os objectivos propostos.

Estes constituem os principais pressupostos de sucesso desta estratégia, que transversalmente apelam à implementação simultânea de acções concretas ao nível da cooperação e da animação.

A contextualização específica de cada um dos objectivos estratégicos é descrita seguidamente, de forma a melhor evidenciar os resultados a atingir e a garantir o alcance da visão prosseguida.

Promover e garantir níveis superiores de qualidade de vida à população local

Os conceitos que presidem hoje em dia às políticas dirigidas aos cidadãos e às comunidades são: globalização, proximidade, qualidade e solidariedade. Isto assume maior pertinência num contexto em que os movimentos populacionais têm provocado congestionamentos urbanos e vazios no meio rural e impelem formas inovadoras de provisão de serviços para garantir a equidade social, a coesão territorial e a qualidade de vida.

A procura do equilíbrio entre a proximidade e a personalização do serviço e a garantia de uma oferta de qualidade compatível com níveis elevados de eficiência e de eficácia implica uma racionalização económica e de gestão de recursos infraestruturais, técnicos e humanos que privilegie:

- i) um quadro de sólida integração territorial baseada numa forte parceria institucional;
- ii) a criação de *redes densas de valor acrescentado*, num ambiente de cooperação, de práticas integradas, de disponibilização conjunta de recursos, de capacidade de

transferência e de adopção de inovação, de vulgarização do conhecimento e de proximidade geográfica.

As atribuições de regulação social normalmente cometidas à Administração têm por objectivo garantir a equidade na disponibilização de equipamentos, de infra-estruturas e de serviços colectivos que satisfaçam as necessidades básicas das populações. Esta tarefa é de difícil execução em espaços rurais, não só devido ao padrão disperso de distribuição da população, como também devido à ausência de flexibilidade na tipologia, dimensão e funcionalidade dos perfis dos equipamentos. Estes são normalmente estudados para zonas urbanas, com limiares mínimos de utentes bastante mais elevados.

O resultado desta lógica, quando transposta para o mundo rural, traduziu-se, em muitas situações, em fortes investimentos públicos, muitos deles de iniciativa municipal, normalmente sobredimensionados.

A melhoria da qualidade de vida da população local passará certamente pela dotação e qualificação de equipamentos e serviços de apoio social ajustados à dimensão e tipologia de necessidades, bem como pela respectiva melhoria das condições de acesso efectivo da população ao conjunto de serviços de proximidade disponíveis e a criar. Importa sublinhar que, sendo efectivas as carências ainda verificadas ao nível da infraestruturização básica, ainda assim **é hoje um imperativo a busca de novas soluções que acrescentem à garantia da universalidade do acesso a adequação às particularidades das procuras**. Por outras palavras, novos equilíbrios entre mobilidade e acessibilidade terão de ser conseguidos.

Simultaneamente, é necessária uma intervenção directa que vise a qualificação da população, capacitando-a quer para as oportunidades de acessibilidade a novas formas de provisão de serviços de apoio ao cidadão quer para o reforço das suas competências ao nível da capacidade empreendedora, participativa e competitiva.

Esta é talvez a área de intervenção mais significativa do ponto de vista social, já que é nela que se enquadram as iniciativas que mais claramente trarão benefícios mensuráveis para a vida dos residentes. Trata-se de intervenções em temáticas sociais frequentemente negligenciadas que, de uma forma mais ou menos indirecta, acabam por originar estrangulamentos que ultrapassam a esfera social, contribuindo igualmente para a fragilidade da base económica local.

Neste âmbito, serão necessárias iniciativas promovidas pela Sol do Ave e por outros parceiros locais, que visem uma intervenção orientada para o desenvolvimento e inclusão social. Destacam-se, entre estas acções, as enquadráveis na temática da formação profissional e do desenvolvimento social.

No que diz respeito à qualificação e formação profissional da população, existem já acções em curso que necessitam de reforço continuado, orientadas quer para a formação inicial, quer para a formação de adultos e activos, em áreas chave para o desenvolvimento local, e em forte consonância com as temáticas de intervenção da estratégia proposta: hotelaria, produção agrícola, turismo e ambiente em meio rural, animação turística, geriatria, ambiente.

Na área do desenvolvimento social, encontra-se em implementação uma estratégia no âmbito dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social, com o intuito de promover a inclusão dos cidadãos através de metodologias assentes em processos participados e de parcerias, através do desenvolvimento de actividades de carácter multidimensional, em áreas como o emprego, a formação e qualificação; a intervenção familiar e parental e a capacitação da comunidade e das instituições. O Projecto Desperta visa igualmente a integração de grupos socialmente desfavorecidos e contempla acções de apoio ao emprego e ao empreendedorismo. Para além de dar continuidade às iniciativas em curso, é necessário reforçar algumas das áreas de intervenção social, que permitam uma efectiva promoção da melhoria da qualidade de vida da população, quer pela dinamização das acções quer pela criação de sinergias com actividades/iniciativas a desenvolver por outros parceiros locais.

Entre estas, podemos apontar a componente da cultura, considerando prioritário o fomento de consumos e práticas culturais e criativas que permitam enriquecer as vivências da população, enquanto simultaneamente se tira partido da sua valia enquanto recurso diferenciador do território.

A cultura é, na realidade, um dos recursos territoriais mais invocados e menos reflectidos de uma forma inovadora em territórios de baixa densidade e, em especial, em espaços rurais. Que papel para a cultura na dinamização e desenvolvimento destes territórios? Poderá ser, a um tempo,

- **alavanca** para a dinamização e regeneração do tecido e das práticas sociais;

- **oportunidade** de desenvolvimento de projectos que promovam a valorização e a (re)qualificação dos recursos endógenos destes territórios (património material, imaterial, vernacular, paisagístico, gastronómico, etc.);
- **foco de atracção** de novos agentes capazes de mobilizar, revitalizar e qualificar as condições de vida;
- **factor de integração** destes territórios em espaços abertos de cooperação e partilha de experiências inovadoras.

De acordo com estes referenciais formulam-se de seguida alguns **princípios de orientação estratégica** para este sector:

- i) Considerar os recursos culturais e artísticos existentes, numa perspectiva de valorização patrimonial e reforço identitário, e activo do desenvolvimento consubstanciado em produtos diferenciadores e competitivos;
- ii) Colocar em relevo a importância do papel da cultura e da formação artística no desenvolvimento das capacidades criativas, críticas, reflexivas dos cidadãos;
- iii) Qualificar os agentes e as organizações culturais com vista à melhoria da prestação dos serviços, ajustando a oferta e as condições de acesso à diversidade de procura - é hoje um imperativo a busca de novas soluções que acrescentem à garantia da universalidade do acesso a adequação às particularidades das procura;
- iv) Privilegiar as redes como factor de optimização (e economia) de recursos e da qualificação das organizações e agentes culturais locais, através da partilha dos recursos, dos saberes e das competências.

As intervenções propostas no âmbito deste objectivo estratégico, enquadráveis em termos de candidatura ao nível da Medida 3.2 do PRODER, constituem actuações fundamentais para a efectiva promoção da melhoria da qualidade de vida dos residentes.

Dinamizar e diversificar a base económica local, otimizando a capacidade endógena de geração de rendimento

A dinamização da base económica local deverá traduzir-se fundamentalmente pelo aumento da capacidade endógena de geração de rendimento, factor essencial para a garantia da sustentabilidade do desenvolvimento económico. Assim, será necessário intervir em áreas como o empreendedorismo, o turismo e as actividades complementares à exploração agrícola, com especial incidência naquelas que contribuam para a valorização e preservação dos recursos locais. Todas as formas de agricultura competitiva devem ser valorizadas.

No que diz respeito ao empreendedorismo, e na sequência do referido anteriormente, importa dar continuidade às acções em curso, incidindo especialmente nas acções de natureza transversal que permitam não só incentivar o aparecimento de novas empresas/ empresários, mas igualmente revitalizar e tornar competitivas as empresas já existentes.

Neste contexto, consideramos de extrema importância o apoio às empresas já instaladas que operam em sectores económicos em declínio, como é o caso da agricultura e da silvicultura, do artesanato e ofícios tradicionais. Trata-se sobretudo de apoiar a reconversão e/ou certificação de unidades de pequena dimensão e que não detêm, conseqüentemente, o know-how e os meios técnicos e tecnológicos necessários para uma eficiente adaptação aos novos mercados ou modelos de negócio. Aqui reforçamos ainda o papel primordial a desempenhar pelas redes de cooperação existentes ou a instituir, como veículos para a promoção de boas práticas.

Paralelamente, o desenvolvimento da actividade turística enquanto meio de criação de riqueza e emprego, assume-se claramente como uma das opções estratégicas de maior importância, no quadro da intervenção global proposta para o território.

As dinâmicas recentes desta actividade, quer ao nível internacional, quer ao nível nacional e regional, conjuntamente com a existência no território de uma panóplia de recursos propícios à sua exploração, configuram na actividade turística uma fileira económica interessante e com resultados potenciais significativos para o território em análise.

Como é frequentemente referido, o turismo explorado numa lógica de sustentabilidade constitui um instrumento de excelência para a promoção do desenvolvimento rural, não apenas pela sua capacidade de geração de emprego e rendimento, mas também pela sua contribuição ao nível da preservação dos recursos locais e melhoria da qualidade de vida das populações.

Para isso, será contudo necessário proceder à implementação de um conjunto de acções vocacionadas para a organização e valorização dos recursos existentes, para o desenvolvimento de uma oferta turística alternativa, fortemente articulada com a dinamização dos produtos e recursos endógenos, e claramente vocacionada para a melhoria da experiência turística e de lazer, de visitantes, turistas e residentes.

Entre as acções propostas, salientam-se as que de uma forma mais visível e imediata permitirão dar resposta a algumas das lacunas apontadas pelo diagnóstico, nomeadamente as referentes ao alojamento.

Atendendo às características específicas deste território, à crescente procura pelo meio/ produtos em contexto de meio rural, e considerando ainda, os referenciais estratégicos nacionais e regionais (PENT e Agenda Regional de Turismo) que apontam este território como espaço privilegiado para o desenvolvimento de produtos turísticos estratégicos, como o turismo de natureza (no âmbito do qual podemos enquadrar o turismo em espaço rural) ou o enoturismo, será fundamental conseguir organizar e consolidar uma oferta de alojamento, e também de animação, associada a estes produtos.

De facto, o território reúne as condições necessárias para o desenvolvimento de produtos e serviços de lazer de nicho e claramente diferenciadores, já que baseados em práticas e actividades típicas do meio rural, como a caça e a pesca lúdica em águas interiores, o turismo equestre (garranos), o turismo cultural e religioso, entre outros.

Para além dos benefícios óbvios para a recuperação e preservação de recursos locais, o desenvolvimento e qualificação destes produtos turísticos contribuem ainda de forma muito significativa para a promoção de actividades complementares à exploração agrícola, fomentando a revitalização e diversificação das actividades lucrativas não agrícolas, realizáveis nos espaços pertencentes às explorações ou em estreita sintonia com as mesmas. Como exemplo, podemos apontar a criação de uma

rede de quintas pedagógicas ou de espaços de aprendizagem das artes e ofícios tradicionais.

Simultaneamente, é necessário qualificar o emprego local na área do turismo, com o intuito de reforçar a qualidade do serviço prestado e criando perspectivas de carreira e emprego qualificado para os jovens locais.

Mais uma vez se salienta a importância da criação de redes de cooperação entre os diferentes GAL e entre o GAL do Sol do Ave e outros agentes locais com intervenção na área do turismo, para a realização de actividades conjuntas e divulgação de boas práticas. Poder-se-á ainda aspirar, no âmbito destas redes e parcerias estratégicas, à prossecução de um conjunto de acções de maior escala, e cujo alcance claramente justifica uma intervenção supra-local, como seja a internacionalização de produtos locais.

Face às propostas apresentadas para uma intervenção estratégica orientada para a dinamização e diversificação da base económica local, consideramos elencadas as principais acções a desenvolver, assim como consideramos que a sua realização integrada e em estreita articulação com as medidas e acções propostas ao nível dos restantes objectivos estratégicos, permitirá dotar o território de uma capacidade endógena de geração de rendimento capaz se sustentar a longo-prazo, o desenvolvimento coeso do território.

As linhas de intervenção proposta inserem-se globalmente no âmbito da Medida 3.1 do PRODER, e ainda, na medida destinada às acções relacionadas com a cooperação (Medida 3.4).

Preservar e valorizar os recursos locais

Apesar dos avanços tecnológicos, dos efeitos da globalização, dos ritmos de vida urbanos e motivações sociais, ou eventualmente, devido a isso mesmo, o conceito de ruralidade tem vindo a assumir uma nova dimensão, uma nova procura. Assim, é fundamental para os territórios rurais desenvolver estratégias que operem ao nível da preservação e recuperação dos seus recursos endógenos, na perspectiva de salvaguarda de valores patrimoniais únicos, na perspectiva da rentabilização económica desses mesmos valores, e sobretudo, na perspectiva da valorização da

qualidade da experiência daqueles que deles podem usufruir, sejam eles residentes, turistas ou visitantes.

A história de uma região está inscrita na paisagem e é testemunhada por um conjunto edificado que traduz um determinado tipo de ocupação e de exploração agrícola. Essas marcas de humanização do território - o povoamento, a exploração de recursos naturais e as formas de agricultura e exploração florestal - manifestam-se também, em muitos casos, de forma harmoniosa, compondo a paisagem da região. Os recursos naturais e a paisagem, deverão ser assim encarados como valores culturais e patrimoniais a preservar. Salienta-se a existência, no território de intervenção, de uma área protegida - o Parque Nacional da Peneda-Gerês - que é revelador da qualidade e da singularidade das características biofísicas deste território, que é generalizada, se exceptuarmos algumas áreas mais urbanizadas e ocupadas de forma desordenada.

Uma intervenção nesta área em que se valorizem os elementos patrimoniais significativos poderá, inclusivamente, reforçar uma estratégia de coesão territorial e incentivar o envolvimento das comunidades locais na promoção dos seus valores patrimoniais. Encarar o património como cimento aglutinador das identidades permitirá dar coerência ao território e integrar as diversidades que lhe proporcionam mais-valias diferenciadoras.

Torna-se agora necessário que aqueles elementos patrimoniais que contribuíram para - e definiram até - a imagem tradicional do mundo rural participem e ajudem a construir uma imagem de renovação e abertura ao exterior e à modernidade, num contexto de uma crescente competitividade entre territórios que exibem os seus “trunfos” patrimoniais e as suas dinâmicas de oferta cultural. Este processo de reabilitação e reinvenção dos usos dos patrimónios simbólicos das comunidades, sejam edificados ou imateriais, pode ser hoje um dos elementos-chave da estratégia de marketing territorial da área abrangida pela intervenção PRODER e de reforço da sua imagem competitiva.

Neste contexto, é fundamental dotar os territórios rurais de mecanismos e instrumentos que lhe permitam intervir ao nível da recuperação, preservação e

valorização dos recursos rurais, especialmente daqueles que se encontrem em risco de desaparecimento ou extinção.

Para além das artes e ofícios tradicionais, da cultura do vinho e da própria paisagem, é igualmente necessário promover acções de recuperação e valorização do património rural imaterial.

O património intangível das tradições dos trabalhos do campo e da vinha, nomeadamente:

- as artes e ofícios tradicionais que produziam instrumentos de trabalho e que se renovam, sempre, como a cestaria de Pedraído, em Fafe num projecto que reanima uma produção em risco através de diferentes olhares e reflexões que reinterpretam a tradição, introduzindo-lhe um novo design que permite novos usos e novos mercados;
- os trabalhos do linho que preservam saberes e práticas agrícolas mas também paisagens e ecossistemas, e revitalizam ainda o património vernacular construído e incrementam o turismo, como é o caso de Agra, em Vieira do Minho;
- a olaria tradicional de Guimarães, que pela sua história e vínculo ao território e pela importância sócio-cultural que ainda hoje detém, é passível de se tornar numa das produções patrimoniais alvo de processo de certificação, e
- as romarias, os cantares do trabalho e da festa, são também património desta região, testemunho da história que ainda chegou aos dias de hoje.

A gastronomia, que acompanhava o ritmo dos trabalhos, das colheitas, das festas, pobre e rica, é ainda um património que distingue e dá a conhecer as terras, as gentes e os seus hábitos.

Trata-se inegavelmente de um património valioso, associado muitas vezes a gerações mais antigas e, por conseguinte, nem sempre do conhecimento das gerações mais novas. Assim, a recuperação do património terá também uma função 'pedagógica', de transmissão da riqueza cultura para as gerações vindouras.

O turismo pode, como referido anteriormente, desenvolver um papel importante neste âmbito, designadamente através da exploração de produtos locais para fins turísticos, de uma forma rentável, e fomentando o empreendedorismo.

No entanto, a estratégia de intervenção deverá ainda contemplar o reforço das condições de preservação e interpretação do património rural, e a criação de equipamentos e infra-estruturas de suporte à actividade turística, que simultaneamente promovam a dinamização de novas vocações para edifícios e equipamentos de valor patrimonial relevante e que não estejam presentemente a ser explorados nestes contextos.

À semelhança do apontado em cada um dos objectivos estratégicos anteriormente referidos, considera-se aqui igualmente pertinente a criação de redes de colaboração vocacionadas para a partilha e divulgação de boas práticas, assim como para a realização de acções de sensibilização junto dos agentes locais, para a necessidade de intervenção ao nível da recuperação e preservação do património.

Em termos de candidatura ao PRODOR, as acções propostas encontram enquadramento ao nível das Medidas 3.1, 3.2, 3.4 e 3.5.

Para uma maior percepção da intervenção proposta contribuirá a análise integrada da cadeia de objectivos (estratégicos, específicos e operacionais) associada à estratégia em causa.

No entanto, e independentemente dos objectivos específicos e operacionais associados a cada um dos objectivos estratégicos, importa ressaltar novamente alguns dos aspectos que consideramos de importância fulcral para o sucesso da intervenção proposta:

- A interligação entre as áreas alvo de intervenção está reflectida na complementaridade das acções propostas;
- Somente uma intervenção integrada e baseada na forte interacção entre agentes, sectores e projectos como a que é proposta, poderá constituir uma abordagem de sucesso para o território;
- As sinergias evidentes entre as actuações propostas, bem como as dinâmicas que poderão resultar da criação de redes de cooperação (traduzida na realização de projectos de maior escala e abrangência), constituem elemento fundamental para o alcance da visão estratégica proposta: a implementação de um processo de

desenvolvimento rural sustentável, como instrumento privilegiado de coesão económica e social.

3.3. Coerência com as orientações estratégicas e a complementaridade com outros instrumentos de política

Atentando à visão definida para o território do GAL Sol do AVE, bem como aos seus objectivos estratégicos e específicos face àquilo que são considerados e assumidos como os referenciais estratégicos de política e de planeamento, rapidamente se conclui que a coerência entre a ELD que aqui se revela e estes referenciais é uma certeza. É a fundamentação para esta afirmação que se procura aqui evidenciar.

Para esta análise foram considerados *referenciais de natureza sectorial* que se debruçam especificamente sobre as questões do desenvolvimento rural (e que por isso assumem especial relevância nesta análise), como o Programa de Desenvolvimento Rural para o Continente 2007-2013 (PRODER - PDRc) e o Programa de Desenvolvimento Rural da Região Norte (PDR Norte), *referenciais de carácter territorial*, abordando diversas temáticas, mas que se debruçam sobre todo o território da NUTS 3 Ave, como são os casos do Plano de Acção Ave 2007-2013 (PA Ave 2007-2013) e do Programa de Acção de Serviços Colectivos Territoriais de Proximidade da NUTS 3 Ave 2007-2010 (PAISCTP Ave 2007-2010) e ainda *referenciais de carácter transversal*, como é o caso da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2005-2015 (ENDS).

Por fim, considerando a importância da actividade turística na ELD da GAL Sol do Ave, optou-se igualmente por fazer uma leitura da coerência da estratégia aqui definida à luz dos objectivos desenhados no Estudo Estratégico Territorial e de Mercado para Identificação de Prioridades e de Projectos Estruturantes para o Turismo no Minho (RTM - Reinventar o Turismo no Minho).

Esta leitura reveste-se de especial importância, no sentido de se perceber a adequação e contributo da ELD e da sua árvore de objectivos (e da sua territorialização) às diversas estratégias propostas pelos referenciais estratégicos já apresentados, concretamente perceber qual o contributo dos objectivos

quantificados da ELD para o cumprimento dos objectivos estratégicos destes referenciais, sectorial e territorialmente mais latos.

Para esta abordagem, em termos operacionais, procedeu-se à construção de uma matriz onde se cruzam os objectivos estratégicos e específicos da ELD do GAL Sol do Ave com os objectivos estratégicos e operacionais dos diversos documentos de referência, com o intuito de demonstrar o contributo dos objectivos da ELD para o reforço da estratégia dos referenciais.

Assim, cruzando a lógica desenhada para a Estratégia Local de Desenvolvimento do GAL Sol do Ave com os objectivos propostos pelo Programa PRODER (PDRc) - estruturados em objectivos gerais do FEADER e objectivos específicos do PDRc, é visível que os objectivos definidos no âmbito da ELD concorrem para praticamente todos os objectivos estabelecidos no PRODER. Não obstante a relevância dos objectivos específicos II.1 “Promover transversalmente o empreendedorismo, sobretudo dos jovens, e requalificar o tecido empresarial local” e III.3 “Desenvolver a actividade turística e de lazer como factor de preservação e valorização dos recursos endógenos” para o alcance de vários objectivos do PDRc, de uma forma geral, todos os objectivos da ELD concorrem para a estratégia delineada para o desenvolvimento rural do Continente.

Uma análise dos objectivos estratégicos e específicos definidos anteriormente para esta ELD face ao encadeamento lógico do Programa de Desenvolvimento Rural da Região Norte (PDR Norte, que deriva do PRODER), permite concluir que o objectivo estratégico II da ELD “Dinamizar e diversificar a base económica local, optimizando a capacidade endógena de geração de rendimento”, declinado nos seus objectivos específicos, assume-se como aquele que denota uma maior correspondência com a estratégia de actuação prevista no PDR Norte, ainda que os restantes objectivos estratégicos e específicos sejam também pertinentes para potenciar os resultados do Programa de Desenvolvimento Rural da Região Norte.

Analisando agora os desígnios do Plano de Acção Ave 2007-2013 é visível que os objectivos específicos da ELD respondem, com maior ou menor intensidade, às apostas estratégicas e às linhas de acção prioritárias definidas para o Plano de Acção. À semelhança do referencial anterior, destaca-se o contributo dos objectivos

específicos contidos no objectivo estratégico II da ELD “Dinamizar e diversificar a base económica local, optimizando a capacidade endógena de geração de rendimento”, mas também o objectivo específico I.2 “Melhorar os níveis de acesso efectivo da população a serviços de proximidade” concorre para potenciar diversas linhas de acção definidas no Plano de Acção.

Tomando como referência o PAISCTP AVE 2007-2010, são vários os objectivos específicos da ELD que vão ao encontro dos referenciais estratégicos globais e sectoriais delineados no âmbito deste Programa de Acção, salientando-se, naturalmente, num primeiro nível o objectivo específico I.2 “Melhorar os níveis de acesso efectivo da população a serviços de proximidade” e num segundo patamar os objectivos: II.1 “Promover transversalmente o empreendedorismo, sobretudo dos jovens, e requalificar o tecido empresarial local”, III.3 “Desenvolver a actividade turística e de lazer como factor de preservação e valorização dos recursos endógenos” e III.4 “Reforçar as políticas e práticas culturais no território de forma a produzir efeitos e melhorias na qualidade de vida da população, na estrutura do emprego local e na qualidade de vivência de turistas”.

A análise cruzada dos objectivos e prioridades estratégicos da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável com os objectivos específicos da ELD permite destacar a pertinência do objectivo I.2 “Melhorar os níveis de acesso efectivo da população a serviços de proximidade” para a prossecução desta estratégia nacional, para a qual concorrem também, de forma relevante, os objectivos II.1 “Promover transversalmente o empreendedorismo, sobretudo dos jovens, e requalificar o tecido empresarial local”, II.2 “Desenvolver a actividade turística e de lazer como meio de criação de riqueza e emprego” e III.4 “Reforçar as políticas e práticas culturais no território de forma a produzir efeitos e melhorias na qualidade de vida da população, na estrutura do emprego local e na qualidade de vivência de turistas”.

Importa ainda analisar a coerência entre os objectivos estratégicos e específicos definidos anteriormente para a ELD e os objectivos do Reinventar o Turismo no Minho. Deste encontro é possível sublinhar o relevante contributo do objectivo específico II.2 “Desenvolver a actividade turística e de lazer como meio de criação de riqueza e emprego” para a quase totalidade dos objectivos propostos para o RTM, sejam gerais e de integração, de qualificação e sustentabilidade ou objectivos

operacionais. Num segundo nível, também os objectivos II.3 “Promover o desenvolvimento de actividades lucrativas complementares, não agrícolas, nas explorações ou com elas articuladas” e III.4 “Reforçar as políticas e práticas culturais no território de forma a produzir efeitos e melhorias na qualidade de vida da população, na estrutura do emprego local e na qualidade de vivência de turistas” encerram um contributo importante para a execução da estratégia para o turismo no Minho.

Para finalizar, é possível afirmar que todos os objectivos propostos no âmbito da Estratégia Local de Desenvolvimento do GAL Sol do Ave constituem contributos assinaláveis para a estratégia de actuação prevista nos diferentes referenciais analisados. Não obstante, e como foi possível constatar, esta coerência é mais significativa para determinados objectivos. Num primeiro nível destaca-se o objectivo estratégico II da ELD “Dinamizar e diversificar a base económica local, optimizando a capacidade endógena de geração de rendimento”, declinado nos seus objectivos específicos. Num segundo nível, encontra-se o relevante contributo do objectivo específico I.2 “Melhorar os níveis de acesso efectivo da população a serviços de proximidade” para o reforço das estratégias aqui consideradas. Por fim, também os objectivos específicos III.3 “Desenvolver a actividade turística e de lazer como factor de preservação e valorização dos recursos endógenos” e III.4 “Reforçar as políticas e práticas culturais no território de forma a produzir efeitos e melhorias na qualidade de vida da população, na estrutura do emprego local e na qualidade de vivência de turistas” se destacam pela pertinência face aos objectivos dos vários referenciais analisados.

3.4. Articulação com as Intervenções Territoriais Integradas existentes no território

Na área de intervenção do território rural alvo de intervenção do GAL SOL do AVE, a estratégia de desenvolvimento local beneficiará indirectamente dos efeitos dos impactes positivos esperados da Intervenção Territorial Integrada Peneda-Gerês (ITI acção 2.4.4.) e contribuirá, igualmente, para a potenciação dos seus resultados por via do aproveitamento e valorização dos recursos disponíveis nas freguesias igualmente englobadas pela ITI. Isto, não obstante a ITI abranger apenas seis das oitenta e duas freguesias do território rural alvo, todas no concelho de Vieira do Minho (Cova, Louredo, Salamonde, Ventosa, Ruivães e Parada do Monte).

De facto o PRODER incentiva os agricultores à manutenção e recuperação de alguns sistemas agrícolas e florestais em “investimentos não produtivos necessários para o cumprimento de objectivos” em duas componentes - “agro-ambiental e silvo-ambiental”. Estes apoios visam dois tipos de beneficiários:

- agricultores e produtores florestais detentores de unidades de produção, ou proprietários florestais (que não estejam a ser objecto de exploração) detentores de parcelas na área de incidência da ITI;

- baldios administrados por compartes ou pessoas colectivas de direito privado administradoras da superfície agro-florestal.

Os apoios agro-ambientais aos agricultores nas unidades de produção uma vez que incidirão na ajuda à conservação da estrutura ecológica de base, manutenção de socalcos e manutenção de pastagens permanentes permitirão contribuir para manter um equilíbrio sustentável na actividade produtiva e valorizar o património paisagístico. O apoio à gestão do pastoreio em áreas de baldio permitirá ainda a manutenção de uma prática tradicional de raiz comunitária de utilização em comum pelos seus utentes, tendo subjacente “a conservação do mosaico de *habitats* associado a baldios”, incluindo a recuperação de algumas infra-estruturas da economia eco-rural.

No apoios Silvo-Ambientais, a que se podem candidatar tanto unidades de produção como administrações de baldios, estão presentes cinco actividades, com os seguintes objectivos:

- Conservação e recuperação da diversidade inter-específica nos povoamentos florestais - Manter e aumentar a diversidade inter-específica em povoamentos florestais com baixa diversidade apoiando a preservação e a recuperação de exemplares ou manchas das espécies florestais integrantes de habitats classificados e existentes nesses povoamentos;
- Requalificação de matagais estremos de baixo valor de conservação - Incrementar a diversidade específica de matagais estremos elegíveis e contribuir para a sustentabilidade da fauna aí existente, através do apoio à sua adequada gestão;
- Manutenção de maciços, bosquetes ou núcleos de espécies arbóreas ou arbustivas autóctones e de exemplares ou formações reliquiais ou notáveis - Preservar ecossistemas florestais de singular valor natural bem como a conservação de outros valores ecológicos e biológicos relevantes, tais como o património genético de espécies reliquiais ou espécies de avifauna;
- Manutenção de galerias ripícolas - Preservar ecossistemas ou estruturas florestais fundamentais para a biodiversidade (flora e fauna), para a melhoria da qualidade da água (filtragem de poluentes) e ainda para a consolidação de margens, apoiando a manutenção e/ou reconstituição das formações vegetais autóctones que se desenvolvem nas margens das principais linhas de água.
- Conservação de corredores ecológicos - Preservar ecossistemas ou estruturas florestais de conexão entre áreas florestais dispersas, fundamentais para a biodiversidade (flora e fauna), apoiando o restabelecimento de comunidades florestais, que se encontram dispersas ou com pouca ligação entre si, mas que formam uma metapopulação, e que se localizam na rede de corredores ecológicos definidos nos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF).

Ora tendo o GAL nos territórios rurais alvo uma estratégia de potenciar o aproveitamento dos valores naturais, ambientais e paisagísticos e embora a ITI incida num território mais restrito, ambas as intervenções contribuirão (complementaridade e sinergias das acções) para a concretização directa ou indirecta dos seguintes objectivos:

- recuperação, conservação e valorização biofísica e paisagística de uma área integrada num Parque Nacional, com efeitos de difusão num território rural mais vasto;
- desenvolvimento de uma componente de ecoturismo, que contribuindo para o ordenamento, planeamento e a visitação em áreas do Parque Nacional, pelo seu efeito de demonstração de integração paisagística, permita enquadrar, disciplinar outras formas de turismo complementar em espaço rural mais amplo;
- promoção da floresta de fins múltiplos, que para além de permitir diminuir os riscos de incêndio, e os seus impactes negativos sobre os habitats naturais, promova a integração das actividades agrosilvopastoris compatível com a valorização dos maciços e bosquetes de espécies arbóreas e arbustivas numa perspectiva do bosque multifuncional, e
- preservação dinâmica da memória e identidade comunitária local-rural, e dos valores subjacentes de entreaajuda, solidariedade social, sensibilidade ambiental, numa perspectiva de inculturação e de educação integral do individuo.